

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



**Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão**



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

EXERCÍCIO 2009

ANO BASE 2008

**Brasília
2009**

ÍNDICE

Apresentação

Sumário Executivo

Avaliação dos Programas

Compras Governamentais

Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública

Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública

Gestão da Política na Área de Planejamento

Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações
de Trabalho no Setor Público

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União

Governo Eletrônico

Inclusão Digital

Informações Estatísticas e Geocientíficas

Anexo I - Execução Física e Financeira

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-20011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.



SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2008, do total previsto para o(a) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), foram utilizados **R\$ 3.114.130.630,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 4.106.095.291,00	Empenho Liquidado:	R\$ 3.114.130.630,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 3.114.130.630,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

Além disso, do total de **R\$ 848.931.125,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2007, foram executados **R\$ 642.154.543,00**, ou seja, **75,64 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2008		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	44.190.940,00	35.859.559,00	81,15
	1008 Inclusão Digital	194.504.602,00	163.290.238,00	83,95
	0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas	859.985.975,00	848.487.703,00	98,66
Total Finalístico		1.098.681.517,00	1.047.637.500,00	87,92
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0798 Compras Governamentais	46.195.452,00	27.081.545,00	58,62
	0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública	25.556.687,00	23.300.413,00	91,17
	1088 Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública	113.980.679,00	78.877.008,00	69,20
	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	67.510.656,00	20.801.866,00	30,81
	1054 Gestão de	162.859.916,00	61.421.035,00	37,71

Relatório Anual de Avaliação

	Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público			
	0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	63.037.446,00	26.723.064,00	42,39
	8002 Governo Eletrônico	9.034.548,00	3.315.500,00	36,70
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		488.175.384,00	241.520.431,00	52,37
Total Geral		1.586.856.901,00	1.289.157.931,00	63,04

* Valores Executados (liquidado) em 2008. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Objetivos Setoriais

Objetivo Setorial: Conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão

Objetivo de Governo Vinculado: Objetivo Setorial sem vinculação direta aos Objetivos de Governo

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Em Construção / xxx			

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Contribuir para o aprimoramento do planejamento governamental de médio e longo prazos, do monitoramento e avaliação de ações governamentais, com vistas à formulação de políticas públicas

Objetivo de Governo Vinculado: Objetivo Setorial sem vinculação direta aos Objetivos de Governo

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Nenhum indicador cadastrado			

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Democratizar as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal e desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do Governo na gestão das políticas públicas

Objetivo de Governo Vinculado: Objetivo Setorial sem vinculação direta aos Objetivos de Governo



Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Em construção / xxx			

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Garantir que o patrimônio da União cumpra sua função sócio-territorial, com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso

Objetivo de Governo Vinculado: Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Em construção / xxx			

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Otimizar os processos administrativos e de contratação de bens, obras e serviços, com impactos positivos sobre a redução de custos e a transparência com vistas ao controle social

Objetivo de Governo Vinculado: Objetivo Setorial sem vinculação direta aos Objetivos de Governo

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Em construção / xxx			

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Promover a gestão dos recursos de informação e informática, democratizando o acesso às informações e tecnologias, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação

Objetivo de Governo Vinculado: Objetivo Setorial sem vinculação direta aos Objetivos de Governo

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Em construção / xxx			

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Promover a gestão pública eficiente e efetiva, com vistas a tornar a administração pública: ética, transparente, participativa e descentralizada



Relatório Anual de Avaliação

Objetivo de Governo Vinculado: Objetivo Setorial sem vinculação direta aos Objetivos de Governo

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Em construção / xxx			

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade demográfica e social no âmbito nacional, regional, estadual, municipal e de localidades e ao exercício da cidadania

Objetivo de Governo Vinculado: Objetivo Setorial sem vinculação direta aos Objetivos de Governo

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Em construção / xxx			

Comentários Adicionais

Principais Resultados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão atua na coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais, bem como das ações de organização e modernização do Estado; na realização de pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais; na viabilização de novas fontes de recursos para os planos de Governo; na coordenação da gestão de parcerias público-privadas; na formulação de diretrizes, coordenação das negociações, acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais; na formulação de diretrizes, coordenação e critérios de governança corporativa das empresas estatais federais; e na administração patrimonial.

Os resultados obtidos com a execução do conjunto de programas do MP mostraram-se aderentes às Orientações Estratégicas definidas para o período do PPA 2008-2011, consubstanciadas em seus Objetivos setoriais.

CONDUZIR UM PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO, INTEGRADO AO ORÇAMENTO E À GESTÃO.

A integração do Planejamento com o Orçamento e a Gestão tem sido um objeto de busca constante pelo Ministério do Planejamento. Todavia, o grande desafio está em implementar mecanismos que ampliem a participação da sociedade nas escolhas de políticas públicas, apesar da existência de diversos meios de participação, que têm gerado subsídios para a melhoria do planejamento, tais como: ouvidorias, audiências e consultas públicas, reuniões com grupos de interesse, discussão em conselho setorial etc.

No que concerne aos resultados obtidos, no âmbito do Programa de Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos, o MP priorizou a alocação de recursos na LOA e na execução do orçamento, os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da Agenda Social e do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), de modo a criar as condições para o crescimento sustentado.

Nesse sentido, o MP recebeu para análise e processamento 2.611 empreendimentos do PAC, dos quais 2.571 foram validados. Neste exercício, os valores autorizados para o PAC foram da ordem de 16 bilhões de reais.

No intuito de aperfeiçoar a ação pública na busca de resultados compatíveis com as demandas da sociedade foram realizadas 38 oficinas de modelo lógico relativas a programas de 17 Ministérios, com a participação de 434 pessoas. O processo de Modelo Lógico tem contribuído para o Estudo da Dimensão Territorial do PPA ao aprofundar a análise da ação pública, verificando a relevância da continuidade dos programas, o alcance efetivo de seus objetivos, a eficiência e o seu custo-benefício, comparando alternativas.

Também, foi realizado o Seminário Internacional de Planejamento Territorial no Brasil, para o lançamento oficial da publicação do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, que contou com a presença do Presidente da República em Exercício, José Alencar Gomes da Silva. O estudo foi organizado em sete volumes, configurados da seguinte maneira: Volume I: Sumário Executivo; Volume II: Visão Estratégica Nacional; Volume III: Regiões de Referência; Volume IV: Estudos Prospectivos – Escolhas Estratégicas; Volume V: Carteira de Investimentos; Volume VI: Impactos Econômicos da Carteira de Investimentos; e Volume VII: Avaliação de Sustentabilidade da Carteira de Investimentos.

No sentido do aprimoramento de mecanismos de avaliação ex-ante, em especial dos projetos de grande vulto, foram realizados cursos de capacitação em Análise de

Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos Públicos. O curso, em parceria com o ILPES/CEPAL, foi destinado a profissionais que trabalham com avaliação ex-ante de grandes projetos públicos de transportes, visando aprimorar a ação de governo na busca pela qualidade do gasto, aperfeiçoando o processo decisório, incrementando a eficiência do investimento e evitando a dispersão e o desperdício dos recursos públicos. Neste exercício, foram recebidos 14 (quatorze) estudos de viabilidade de projetos de grande vulto, sendo, seis do Ministério da Defesa, cinco do Ministério dos Transportes e três do Ministério da Integração Nacional.

Com vistas à viabilização de projetos destinados a integração da infra-estrutura regional da América do Sul (IIRSA), que envolve os doze países da América do Sul, foram realizadas várias reuniões dos Grupos de Trabalho, destacando-se a do Grupo Técnico Executivo dos Eixos da Hidrovia Paraguai – Paraná, de Capricórnio e do Mercosul – Chile, em Assunção / Paraguai, e a do Projeto de Acordo de Roaming Sul – Americano, em Bogotá. Destaca-se, ainda, a Oficina de Casos Exitosos, realizada em Bogotá, objetivando a disseminação de alguns projetos que deram certo nos países da Região e que poderiam servir como modelo para as demais nações. Nessa Oficina, foram apresentados os seguintes projetos brasileiros: Plano Nacional da Logística de Transportes (PNLT); Programa de Concessão de Rodovias; CENSIPAM; e Exportações por Envios Postais de Pequenas e Médias Empresas. Além disso, foi realizado o Fórum de Liderança de Infra-Estrutura da América do Sul, que teve como um de seus objetivos a apresentação de projetos visando à captação de recursos para os respectivos empreendimentos, realizado em Cartagena / Colômbia. Ocorreram, ainda, duas reuniões de Coordenadores Nacionais, em Buenos Aires e Bogotá, além da Reunião do Comitê de Direção Executiva, em Cartagena. Essas três últimas reuniões tiveram como ponto principal analisar o futuro da IIRSA, tendo em vista a criação da União das Nações Sul – Americanas (UNASUL), sendo feita uma Avaliação da própria IIRSA e de sua relação com a UNASUL.

Merece destaque, também, o estudo de Avaliação da Malha Rodoviária Federal, cujo diagnóstico consistiu no levantamento dos elementos suficientes para definir uma estratégia de financiamento da manutenção da malha rodoviária federal, considerando as principais fontes de recursos públicos e privados: concessão, parceria público-privada (PPP), contrato de manutenção por desempenho, execução direta pelo poder público. O estabelecimento de prioridades de intervenção consistiu em obter o indicador B/C de cada empreendimento, onde B representa os benefícios de se efetuarem as intervenções de manutenção (redução do custo operacional de veículos e do tempo de viagem) e C representa os correspondentes custos de manutenção. Os cem empreendimentos com maior relação B/C foram considerados prioritários em termos de investimento em manutenção. Os Estudos de Pré-Viabilidade enfocaram os 100 (cem) empreendimentos prioritários, os quais foram submetidos à avaliação econômica e à avaliação financeira de concessão e PPP.

A gestão do Plano Plurianual deve ser pautada por um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, marcado pela transparência e controle social. Neste sentido, foram avaliados e divulgados, na Internet, os resultados das avaliações de todos os programas do Governo Federal (ano base 2007). O Relatório Anual de Avaliação, além de indicar os recursos gastos em cada ação, propicia aspectos que vão além da transparência das ações de governo, na medida em que garante maior visibilidade dos resultados dos Programas para a sociedade.

Visando melhorar a eficiência e a eficácia das atividades desenvolvidas pelos servidores que integram os Sistemas de Planejamento e Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios, mereceram destaque as seguintes ações:

- realização do I curso de Especialização em Gestão Pública, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública-ENAP, com a finalidade de proporcionar aprimoramento técnico com a atualização em temas e ferramentas da área da Gestão Pública. O curso tem término previsto para 2010, duração de 440 horas, e participação de servidores da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) e do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST);
- curso de Estatística, realizado em parceria com a Escola de Administração fazendária-ESAF, com a finalidade de melhorar o desempenho nas atividades voltadas ao orçamento público daqueles servidores que lidam com análise de dados estatísticos;
- preparação de curso de Mestrado em Orçamento Público, em parceria com a ESAF e a Universidade de Brasília-UnB;
- realização do II Prêmio SOF de Monografias, focando os temas “Qualidade do Gasto Público” e “Novas Abordagens do Orçamento Público”;
- lançamento oficial da Cartilha “Sofinha e sua Turma”, no I Encontro de Educação Fiscal das Escolas do Distrito Federal – a cartilha foi criada para disponibilizar informações sobre o orçamento público em linguagem acessível ao público em geral. Participaram do lançamento aproximadamente 600 alunos de 17 escolas do DF.

PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE E EFETIVA, COM VISTAS A TORNAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ÉTICA, TRANSPARENTE, PARTICIPATIVA E DESCENTRALIZADA

O governo precisa constantemente aperfeiçoar seu conhecimento e sua capacidade de agir e antecipar-se, em face das oportunidades e riscos, presentes e futuros, do processo de desenvolvimento, a fim de produzir políticas públicas mais eficazes e efetivas e encaminhar processos decisórios que melhorem sua implementação.

Um aspecto relevante é a importância da implementação de ações de desenvolvimento gerencial e institucional, de otimização da gestão das organizações públicas e do fortalecimento da cooperação técnica com os demais níveis de governo, que são muitas vezes responsáveis pela implementação de políticas, mediante o repasse de recursos federais.

No campo da otimização e desburocratização, a prioridade é apoiar o fortalecimento institucional e a revisão de processos de órgãos e setores fundamentais para a implementação de políticas públicas e o desenvolvimento e divulgação de conhecimentos e de práticas de gestão inovadoras.

Neste sentido, os resultados do Programa Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública contribuiu de forma efetiva para o alcance do objetivo setorial.

No contexto da desburocratização e simplificação dos procedimentos, merecem destaque as iniciativas na área de Comércio Exterior, onde foi aprovada, a “Estratégia Nacional de Simplificação do Comércio Exterior”, por meio de parceria entre a Câmara de Comércio Exterior - Camex e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O MP apoia diretamente esta iniciativa, em especial no mapeamento, análise e identificação de oportunidades para simplificar, melhorar a qualidade e diminuir os custos de transação dos principais processos relacionados ao comércio exterior, com foco na harmonização da atuação dos diferentes órgãos intervenientes.

No que diz respeito à recomposição da força de trabalho, à realização de concursos públicos, à reestruturação de organizações, foram autorizados a realização de concursos

públicos para provimento de cargos efetivos, inclusive para substituição de empregados terceirizados contratados de forma irregular, bem como estudos e análises sobre extinção, criação e remanejamento de cargos e funções (comissionadas e técnicas) e de rearranjos em estruturas organizacionais de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Em 2008, foram criados 67.687 cargos efetivos, sendo que grande parte desses cargos, 50.623, foi direcionada para a área de educação, em decorrência do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A realização do “I Congresso CONSAD de Gestão Pública”, do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Administração, resultou na assinatura da Carta de Brasília da Gestão Pública, instrumento por meio do qual estabeleceram-se diversos consensos para a construção de um pacto para a melhoria da gestão pública. As diretrizes dispostas na Carta, que já estão sendo implementadas por governos estaduais e pelo governo federal, envolvem oito frentes de atuação: 1) simplificação dos processos de trabalho, com redução do excesso de regras e controles; 2) melhor articulação entre planejamento e orçamento, com gestão orçamentária menos rígida e voltada para resultados; 3) melhor coordenação de ações intra e inter governos; 4) revisão do marco legal (incluindo alterações das normas sobre licitações e contratos e revisão das formas jurídico-institucionais vigentes); 5) prevenção e combate à corrupção, com ênfase em mecanismos de transparência e controle social; 6) profissionalização e capacitação contínua da força de trabalho; 7) uso intensivo de tecnologia como ferramenta de apoio à gestão; e 8) realização de estudos e pesquisas como subsídios para políticas de modernização do Estado.

Foram encaminhados ao Congresso Nacional o anteprojeto de lei regulamentando a contratualização de desempenho institucional (§8o do art. 37 da Constituição Federal-CF) e a reversão de economia com despesas correntes (§7o do art. 37 da CF); a proposta de Decreto para simplificação do atendimento ao cidadão; o projeto de lei de criação das Funções Comissionadas do Poder Executivo-FCPE; e os projetos de lei de criação das carreiras de Desenvolvimento de Políticas Sociais e de Analista Executivo.

DEMOCRATIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL E DESENVOLVER COMPETÊNCIAS DE SERVIDORES PÚBLICOS PARA AUMENTAR A CAPACIDADE DO GOVERNO NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a efetiva implementação das políticas públicas, não basta a existência de recursos financeiros, é essencial a presença de gestores públicos comprometidos, envolvidos e capacitados para formularem, implementarem e avaliarem as políticas governamentais, para que elas atendam com efetividade as demandas da sociedade.

Assim, é fundamental a implementação de uma política de desenvolvimento que capacite e valorize o servidor de modo articulado com as diretrizes estabelecidas para a estruturação de carreiras e a fixação da remuneração, aliado a uma política de proteção e seguridade do servidor público federal.

Nesse sentido, contribuíram para o objetivo setorial, no âmbito do Programa de Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público as negociações com as entidades representativas dos servidores públicos, com vistas a estruturação e reestruturação das carreiras e reajustes da remuneração, que resultaram em 4 propostas de medidas provisórias publicadas e convertidas em lei, reajustando remunerações e reestruturando carreiras referentes a todos os servidores públicos federais e ainda definida nova sistemática de avaliação do desempenho dos servidores públicos que prevê a pactuação de metas por equipe de trabalho com a participação de usuários externos, além de estabelecer critérios para regulamentação das gratificações de desempenho devidas aos servidores da Administração Pública Federal com remunerações

composta por VB – Vencimento Básico e GD – Gratificação de Desempenho. A nova sistemática também define os critérios do SIDEC – Sistema de Desenvolvimento nas Carreiras, que regulamentará a progressão e promoção dos servidores que receberão por subsídio.

Em relação à saúde, previdência e benefícios do servidor, iniciou-se um processo de construção coletiva e negociada para a implantação da Política de Atenção à Saúde do Servidor com a participação dos gerentes de recursos humanos e dos técnicos de saúde. No sentido de implantar o Sistema de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, foram implementadas as seguintes iniciativas: validação do Sistema de Informação SIAPE – SAÚDE a ser implantado no primeiro semestre de 2009; universalização da oferta do benefício saúde suplementar para todos os servidores; recuperação do valor do per capita – com um aumento final previsto de 72% até 2010; negociação para isonomia do valor do benefício entre os órgãos federais até o final de 2009 e a inclusão do benefício como despesa obrigatória no orçamento 2009; alteração da Lei nº 8112/90 para garantir o exame médico periódico para todos os servidores, revisão das aposentadorias por invalidez a cada 2 anos, regulamentação das licenças de curta duração, adoção de novos critérios para a atuação de juntas médicas e de perícias odontológicas.

No âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos-SIAPE foram realizadas manutenções em várias rotinas e especificações, com o desenvolvimento de novas funcionalidades para em função das alterações nas remunerações advindas com as Medidas Provisórias. 99% das rubricas que compõe as fichas financeiras dos servidores geradas pelo SIAPE serão decorrentes de cálculo automático, com o intuito de minimizar erros.

No sentido de aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas, a profissionalização e a melhoria da qualidade do serviço público, no âmbito do Programa Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública, foram desenvolvidas e oferecidas diversas oportunidades de capacitação aos servidores, como cursos de curta e longa duração para gerentes; cursos presenciais e a distância; cursos e eventos internacionais orientados para quadros estratégicos; cursos de formação e aperfeiçoamento de carreiras; especializações; seminários e oficinas; além da realização de pesquisas e eventos com o intuito de inovar e irradiar boas práticas na Administração Pública. A capacitação dos servidores públicos é realizada de forma integradora, tendo em conta a especificidade de cada tema, abordando os fundamentos que devem embasar toda ação pública, as quais foram realizadas nos seguintes cursos:

- 166 alunos participaram do curso de formação inicial para as carreiras de Analista de Planejamento e de Orçamento - APO e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG;
- 986 servidores das carreiras de EPPGG e APO participaram dos 27 cursos de Aperfeiçoamento de Carreiras;
- 779 servidores concluíram cursos de Pós-graduação Lato Sensu e Atualização para Servidores;
- 30.134 servidores participaram dos cursos de desenvolvimento gerencial em diversas áreas.

PROMOVER A GESTÃO DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA, DEMOCRATIZANDO O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES E TECNOLOGIAS, DE FORMA A PERMITIR A INSERÇÃO DE TODOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O uso intensivo das Tecnologias da Informação e Comunicação-TIC permite que o Estado desempenhe suas funções de forma integrada, eficiente e transparente e propicia a inclusão social dos brasileiros por meio da democratização e universalização do acesso e

melhoria na qualidade da prestação de serviços e informações por meios eletrônicos, e de ações de inclusão digital.

Neste sentido o Programa Governo Eletrônico tem contribuído com o objetivo setorial na medida que vem desenvolvendo ações de melhoria da infra-estrutura de tecnologia da informação do país.

Para conferir mais segurança e agilidade na transmissão de dados, voz e imagem, implementar novos serviços e reduzir custos, foi implantada uma rede de alta velocidade – a INFOVIA Brasil. Este projeto consiste na implantação de uma rede governamental de transmissão de dados, voz e imagem, com padrões de desempenho e segurança elevados, para integração de órgãos e entidades governamentais segundo os modernos conceitos de convergência digital. Essa infra-estrutura introduziu novos serviços multimídia para os usuários da rede, como Voz sobre IP, interconexão de redes e videoconferência. Neste exercício, foi ampliada a Infovia Brasília com a integração de mais 16 novos prédios do Governo Federal e elaborados estudos visando a contratação dos equipamentos e serviços para a implantação dos primeiros segmentos da Infovia Brasil.

Merece destaque a elaboração dos primeiros documentos dos Padrões Brasil e-Gov (o guia de codificação e o guia de administração de portais) visando elevar a qualidade de uso, desenho, arquitetura de informação e navegação, e o fluxo de criação, desenvolvimento e manutenção dos portais públicos.

No contexto do Programa de Inclusão digital, o governo e a sociedade organizada vem desenvolvendo ações visando a construção de uma política melhor estruturada e de caráter permanente para ampliar o uso efetivo das tecnologias da informação e da comunicação (incluindo informação e informática) por parte de todos os cidadãos brasileiros.

Vários projetos e iniciativas de inclusão digital, foram apoiados pelo MP, sendo os principais resultados:

- Telecentros Comunitários - 125.233 pessoas treinadas em manutenção de equipamentos em toda a rede de telecentros, no total 2.037 espaços de inclusão digital existentes;
- recuperação de 12.984 computadores usados, além de monitores de vídeo, impressoras e periféricos, os quais foram doados a 479 escolas públicas, bibliotecas, telecentros e outros projetos de inclusão digital de todo o país. Estes computadores foram recuperados por jovens em formação profissionalizante pelo Projeto Computadores para Inclusão –CRC;
- realização da 7ª Oficina para Inclusão Digital, em Belém (PA) em parceria com Sampa.org, RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor, Coletivo Digital, Cidadania Digital, Projeto Saúde & Alegria e o Governo do Estado do Pará. O sucesso da 7ª Oficina reflete-se em seus números que superou as edições anteriores: 3.514 inscritos; 2.318 participantes credenciados; 67 palestrantes, moderadores, debatedores e oficineiros; e 31 profissionais de imprensa cadastrados. A organização do evento viabilizou custos de participação de 807 pessoas, permitindo que se envolvessem não apenas na discussão de temas, mas também na apropriação de habilidades específicas, a partir de oficinas práticas. Foram oferecidas, entre outras, atividades de condicionamento e desmanche seguro de computadores, metareciclagem e robótica livre, produção de conteúdos e comunicação comunitária, cooperativas tecnológicas, sistemas de gestão de telecentros, redes sem fio, inserção do tema inclusão digital no Fórum Social Mundial, inclusão digital na perspectiva dos territórios, cibercrimes e acessibilidade digital.

OTIMIZAR OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DE CONTRATAÇÃO DE BENS,

OBRAS E SERVIÇOS, COM IMPACTOS POSITIVOS SOBRE A REDUÇÃO DE CUSTOS E A TRANSPARÊNCIA COM VISTAS AO CONTROLE SOCIAL

O aprimoramento das ações que visem aumentar o poder de compra do Estado e o uso intensivo da tecnologia da informação nos processos de aquisição e de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do Governo Federal, são os eixos que fundamentam a estratégia de melhoria da gestão do Governo Federal, fazendo mais e melhor com os recursos disponíveis, evitando o desperdício nos gastos públicos, refletida principalmente no incentivo e otimização do uso do Pregão Eletrônico como principal ferramenta para alcançar melhores performances de economia, transparência, celeridade e controle social nas compras públicas. Outra estratégia é o aperfeiçoamento da sistemática de transferência voluntária de recursos e de formalização, acompanhamento e prestação de contas dos valores repassados por meio de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Neste contexto, os resultados do Programa Compras Governamentais contribuíram diretamente para o cumprimento do objetivo setorial, na medida em que suas ações são constituídas por atividades e sistemas informatizados que propiciam a redução de custos operacionais, de aquisição de bens e de contratações de serviços. Além disso, a informatização dos processos de compras governamentais, de transferências voluntárias da União e de diárias e passagens trazem considerável aumento de transparência desses processos, que também propiciam medidas de controle social.

Destacam como principais resultados a implantação do SICONV/PORTAL DE CONVÊNIOS - sistema informatizado para realização das atividades inerentes às transferências voluntárias da União (celebração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e prestação de contas), compreendendo todo o fluxo de operacionalização dos convênios e contratos de repasse; a continuação do processo de implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP que é obrigatório para a Administração Pública Federal, incluindo a Administração Direta, Autarquias e Fundações; o aperfeiçoamento das normas de licitações, com a publicação de vários atos (Decretos, Instruções Normativas e Portarias); e as evoluções do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG): a) implantação do novo sistema para cadastramento de fornecedores em plataforma tecnológica mais moderna, com racionalização de procedimentos para a Administração Pública e fornecedores; b) implantação do novo sistema para detalhamento de despesas realizadas com o Cartão de Pagamentos do Governo Federal; c) implantação do Sistema de Intenção de Registro de Preços (para divulgação das intenções de realização de pregões e concorrências); d) implantação de novas funcionalidades no Sistema de Pregão Eletrônico.

GARANTIR QUE O PATRIMÔNIO DA UNIÃO CUMPRA SUA FUNÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL, COM PRINCÍPIOS DE GESTÃO TERRITORIAL INTEGRADA E COMPARTILHADA, DE RESPEITO À DIVERSIDADE, DE RACIONALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DO USO

O patrimônio da União é considerado um recurso estratégico para a implementação de políticas públicas de inclusão social e territorial, de desenvolvimento local e regional, de preservação ambiental e dos programas de infra-estrutura que integram o PAC.

Neste sentido, foram desenvolvidas ações com foco específico na destinação dos imóveis da União, segundo os princípios constitucionais da função socioambiental da propriedade e de acordo com a vocação de cada imóvel. Além disto, foram implementadas ações de

regularização do cadastro de ocupantes de imóveis da União, proporcionando, dessa forma, um incremento na sua receita patrimonial, e ainda, atividades de demarcação, identificação, cadastramento, avaliação, fiscalização, registro e definição da vocação desses imóveis.

Dentre os principais resultados, no âmbito do programa do Patrimônio Imobiliário da União, os que mais contribuíram para o alcance do objetivo setorial, foram as ações de destinação de imóveis da União para provisão habitacional e regularização fundiária de interesse social, destacando:

- demarcação da Linha do Preamar Medio-LPM do trecho referente ao Projeto Rio Anil-MA, maior investimento do PAC em provisão habitacional e regularização fundiária em área da União;
- emissão de 11 autorizações de obras, que beneficiarão aproximadamente 20.406 famílias em áreas federais, que somam 430.758,13 m². Destas 10 contam com investimentos do PAC;
- entrega de 8.874 Termos de Autorização de Uso às famílias ribeirinhas em diversos municípios do estado do Pará e 75 Termos de Autorização de Uso às famílias ribeirinhas no município de Mazagão, no estado do Amapá e titulação de 2.588 famílias no Município de Maceió/AL;
- para a regularização fundiária de interesse social, 08 imóveis foram declarados de interesse do serviço público, atendendo aproximadamente 8.928 famílias; cessão de 07 imóveis, que beneficiarão aproximadamente 5.164 famílias com destaque a cessão à Prefeitura Municipal do RJ do imóvel localizado no Setor 2 da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá/RJ, com a regularização fundiária de 600 famílias que já moravam no local e o cadastramento de 11.662 famílias que ocupavam informalmente áreas da União.

Para atender ao programa de reforma agrária do INCRA houve a cessão provisória de 23 imóveis com destaque: a) Horto Florestal em Limeira/SP com 7,7 milhões de m², beneficiando cerca 150 famílias; a transferência de 5 imóveis ao Inbra, com área total de 1.387,39 hectares, beneficiando 150 famílias nos municípios de Morrinhos-GO, Pontes de Lacerda-MT, Teresina-PI, Bagé-RS e Nossa Senhora das Dores-SE e para atender ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi cedido para a Universidade Federal do Paraná-UFPR o Edifício Teixeira Soares, em Curitiba/PR, com 15,7 mil m², e para a Universidade Federal Fluminense a estação e pátio da ex-RFFSA, em Campos dos Goytacazes, com 25,6 mil m².

No sentido de incrementar a arrecadação de receitas patrimoniais, diversas atividades foram desenvolvidas visando a modernização dos processos de arrecadação e cobrança, desenvolvendo mecanismos de gestão administrativa, controle e acompanhamento da utilização racional e justa do patrimônio da União. Como resultado, houve um acréscimo de 22% na arrecadação patrimonial em relação ao exercício de 2007.

RETRATAR O BRASIL COM INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO CONHECIMENTO DA SUA REALIDADE DEMOGRÁFICA E SOCIAL NO ÂMBITO NACIONAL, REGIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E DE LOCALIDADES E AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil por meio de estatísticas sócio-demográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, demandam ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, permitindo a preservação da integridade e da soberania nacional, com a ampliação da consolidação da presença do Estado em regiões de baixa densidade demográfica de interesse estratégico, integrando suas populações à cidadania, na medida em que efetiva os cadastros das estruturas territoriais legais, identifica divisões regionais, bem como as áreas de maior concentração urbana, procede aos mapeamentos

topográficos, municipais e em escala geográfica.

No âmbito do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas foram produzidos e divulgados os resultados de diversas pesquisas conjunturais, estruturais e de análise geográficas, cartográficas, geodésicas e ambientais, e com foco na satisfação do usuário no que diz respeito às informações produzidas, foi ampliada a oferta de produtos no portal institucional do IBGE para atender a crescente demanda dos seus usuários, que foi em torno de 21,2 milhões de usuários atendidos, em 2008, quer seja por telefone, pessoalmente, por correspondência, nas livrarias e bibliotecas do IBGE ou pela internet.

Em relação às Pesquisas Conjunturais da Área Econômica merece destaque a divulgação das Contas Nacionais Trimestrais. Além dessa Contas, foram disponibilizados resultados mensais para o Comércio, para a Indústria, e, ainda, um conjunto de pesquisas com resultados relativos ao setor Agropecuário. Os índices mensais do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC revelam a variação dos preços na economia, merecendo ainda menção, nessa área, as informações provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

Ainda neste contexto, a divulgação da Matriz de Insumo-Produto, para os anos de 2000 e 2005, cujos resultados proporcionam uma visão detalhada da estrutura produtiva brasileira e permitem avaliar o grau de interligação setorial da economia, bem como os impactos de variações na demanda final dos produtos, nos respectivos períodos de referência, mediante a identificação dos diversos fluxos de produção de bens; e das Contas Regionais do Brasil 2003-2006.

Quanto ao acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho foram realizados dois estudos especiais, que tomaram como base a Pesquisa Mensal de Emprego – PME . O estudo intitulado “Algumas Características da Inserção de Mulheres no Mercado de Trabalho – 2003 / 2008” mostra a inserção da mulher no mercado de trabalho na comparação dos meses de janeiro de 2003 e de 2008. O outro estudo intitula-se “Trabalhadores por Conta Própria - Perfil e Destaques”, abrangendo as mesmas áreas de cobertura da pesquisa para o período 2002 / 2008.

No âmbito das estatísticas de natureza sociodemográfica, destacou-se, pela riqueza de informações que levanta e disponibiliza, a realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e a divulgação dos resultados do corpo básico da pesquisa realizada no ano anterior, que teve por objetivo principal a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento sócio-econômico do País, investigando diversas características sociodemográficas, algumas em caráter permanente, como as características gerais da população, a educação, a migração, a fecundidade, o trabalho, o rendimento e a habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre nupcialidade, saúde, tecnologia da informação e comunicação e outras, de acordo com as necessidades de informação identificadas.

No âmbito da divulgação de produtos da PNAD foram também lançados os volumes “Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil – 2006” e “Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais – 2006”. A investigação dos temas suplementares - acesso a transferências de renda de programas sociais; aspectos complementares de educação de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade; e exercício de trabalho e de afazeres domésticos do contingente de 5 a 17 anos de idade - foi resultado de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Foi, também, divulgado o volume da Síntese de Indicadores Sociais 2008, que traz uma análise das condições de vida da população brasileira, abrangendo nove temas - Aspectos demográficos; Educação; Domicílios; Famílias; Casamentos, separações judiciais e divórcios; Crianças, adolescentes e jovens; Idosos; Cor ou raça; e Mulheres. Os temas

são acompanhados de breves comentários que destacam algumas das principais características observadas nos diferentes estratos geográficos e populacionais. Elaborados, principalmente, a partir de resultados PNAD, destacaram-se, para indicadores selecionados, comparações internacionais com países como Rússia, Índia, China e África do Sul, que, juntamente com o Brasil, constituem o grupo “BRICS”, formado por economias ascendentes. A sistematização dos indicadores atende a recomendações internacionais e contribui para a compreensão das modificações no perfil demográfico, social e econômico da população.

No que se refere à necessidade de informações específicas para os municípios brasileiros, foi divulgado os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, sob o título de “Perfil dos Municípios Brasileiros – 2008”, a partir da coleta de informações sobre os seguintes temas: recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento municipal, habitação, transporte e meio ambiente, abrangendo um significativo conjunto de informações.

No âmbito das Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, deu-se continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos com vistas à atualização sistemática e à produção de textos e cartas dos temas de geologia, vegetação, geomorfologia, solos, uso da terra e recursos hídricos, com o objetivo de se constituir o Banco de Dados Georreferenciados de Recursos Naturais, bem como à análise das informações sobre a organização do território – subsídio fundamental às atividades de planejamento atendendo às demandas de informações espaciais.

Foi definido e concluído um Sistema de Classificação da Cobertura e Uso da Terra, visando estabelecer o Banco de Dados Georreferenciado de Uso da Terra, para apoiar análises de informações sobre o território, e lançado o Mapa da Fauna Ameaçada de Extinção – Insetos e Outros Invertebrados Terrestres e desenvolvido um Sistema de Coleções Científicas baseado na Internet.

Na área voltada para estudos geográficos o principal resultado foi o lançamento da pesquisa Regiões de Influência das Cidades e de seu mapa mural, apresentando o quadro da rede urbana brasileira: hierarquia das cidades e respectivas áreas de influência, que resultou na identificação de três metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) e nove metrópoles regionais (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia).

Quanto ao Sistema Geodésico Brasileiro, deu-se continuidade à implantação e manutenção das redes de estações geodésicas passivas (planimétrica, altimétrica e gravimétrica) e ativas (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS-RBMC e Rede Maregráfica Permanente para Geodésia – RMPG).

Para a consecução do Censo Demográfico 2010, foram desenvolvidas importantes atividades preparatórias, quais sejam a realização de seminário, de testes cognitivos, teste de questionário indígena com países do Mercosul e a primeira prova-piloto. Para a realização desses testes, foi necessário o desenvolvimento da aplicação da coleta (questionário no PDA), e treinamentos, além de atualização do mapeamento e sua associação ao Cadastro de Endereços para 4.004 municípios com até 20 mil habitantes.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Compras Governamentais

GERENTE DO PROGRAMA

Rogério Santana dos Santos

OBJETIVO

Otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo federal, bem como modernizar e normatizar os processos administrativos na área de logística e de serviços gerais

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira, entidades conveniadas, fornecedores e prestadores de serviços

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$46.195.452,00	Empenhado Liquidado: R\$27.081.545,00
	Paço Estatais: -
	Total: R\$27.081.545,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	1.250.000,00	1.126.178,00	0,90
Informatização de Processos Administrativos - 4252 (Processo otimizado/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	8.960.000,00	4.649.032,00	0,52
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG - 4077 (sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	35.985.452,00	21.306.335,00	0,59
Índice médio geral de realização			1,00			0,67

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	288.268,00	197.125,00	0,68
(RAP 2007) Informatização de Processos Administrativos - 4252 (Processo otimizado/UNIDADE)	-	-	-	192.963,00	192.963,00	1,00

(RAP 2007) Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG - 4077 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	1.883.089,00	1.883.089,00	1,00
Índice médio geral de realização			-			0,89

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Um dos desafios atuais é a promoção do desenvolvimento econômico-social sustentável. Dentro desta ótica, ações que visem à otimização dos processos administrativos e processos de contratação de bens, obras e serviços, com seus impactos positivos sobre a redução de custos e sobre a transparência, são fundamentais para a eficiente gestão pública.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - 1. EVOLUÇÕES DOS SISTEMAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

1.1. Evolução do SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores: desenvolvido e implantado novo sistema para cadastramento de fornecedores em plataforma tecnológica mais moderna, com racionalização de procedimentos para a Administração Pública e fornecedores;
- b) Catálogo de Materiais: em parceria com o Ministério da Defesa, continua o desenvolvimento do novo catálogo de materiais para a implantação do Sistema Nacional de Catalogação – SINACAT;
- c) Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras: continua o desenvolvimento do sistema;
- d) Sistema de Cartão de Pagamentos: desenvolvido e implantado novo sistema para detalhamento de despesas realizadas com o Cartão de Pagamentos do Governo Federal;
- e) Implantado o Sistema de Intenção de Registro de Preços (para divulgação das intenções de realização de pregões e concorrências);
- f) Continua em desenvolvimento o Sistema Sessão Pública, para permitir realização das modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93 via WEB;
- g) Continua em desenvolvimento o Sistema de Gerenciamento de Dados de Catalogação de Materiais – Parametrizado – SGDC-P em plataforma WEB.

1.2. Evolução do COMPRASNET

a) Funcionalidades implantadas no Sistema de Pregão Eletrônico:

- abertura e encerramento automáticos do prazo de registro de intenção de recursos;
- antecipação dos prazos recursais;
- inclusão de intenção de recurso quando do retorno de fase na utilização de Ata Complementar declarações virtuais de fornecedores: inexistência de fatos impeditivos, de não emprego de menor e de conhecimento e concordância com regras dos editais de pregões eletrônicos;
- anexação de planilhas e outros documentos na fase de aceitação de propostas nos pregões eletrônicos;
- consultas a pregões suspensos;
- tratamento diferenciado para cooperativas;
- inclusão de data de cadastramento de fornecedor;
- inclusão de gerenciador de conteúdos;
- inclusão de paginação de telas.

b) Certificação digital de cerca de 8.000 usuários (pregoeiros e ordenadores de despesa);

c) Atualização e adequação do curso a distância do Pregão Eletrônico.

1.3. O PORTAL DE CONVÊNIOS

Foi implantada boa parte de sistema informatizado para realização das atividades inerentes às transferências voluntárias da União (celebração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e prestação de contas), compreendendo todo o fluxo de operacionalização dos convênios e contratos de repasse.

O Ministério do Planejamento, em parceria com o SERPRO e a ENAP, também desenvolveu diversos módulos de tutoriais a distância e manuais de operacionalização do SICONV/Portal de Convênios e firmou parcerias para capacitação de usuários

concedentes e convenientes.

1.3. Evolução do SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP é obrigatório para a Administração Pública Federal, incluindo a Administração Direta, Autarquias e Fundações. Em consequência desse propósito, foi promovida a otimização do processo de concessão de diárias e passagens, unificando todos os sistemas existentes sobre viagens, padronizando os fluxos decorrentes e homogeneizando a aplicação da legislação pertinente, bem como possibilitando o respectivo controle, visando dar maior transparência às ações públicas e diminuindo seus custos.

Após o desenvolvimento de sistema único, o SCDP, os principais benefícios obtidos foram: o registro de todas as viagens de forma padronizada e homogênea; a certeza da aplicação de critérios legais iguais para todos os servidores; a redução dos custos reais pela seleção do roteiro mais econômico; o acompanhamento das quantidades de viagens e de seus objetivos pelos diversos Órgãos de Controle, inclusive pelos diversos setores de supervisão dos Ministérios, da CGU e do próprio TCU; a agilidade no processamento das viagens; a comparabilidade das tarifas de uso entre as diversas companhias aéreas; a possibilidade de identificar parâmetros de custos nos trechos voados e a publicação de todas as viagens empreendidas no sítio da transparência pública.

Na primeira etapa do projeto, foi implantado o Sistema contemplando a solicitação de viagens nacionais e internacionais, a certificação digital e a integração com o SIAPE, SIORG e SIAFI, devendo outras integrações requeridas serem implementadas progressivamente. Em 2008, 62 órgãos e instituições estavam com o sistema em funcionamento e 20 encontravam-se em fase de implantação. Nesse período, foram atendidas em torno de 255.318 solicitações. Temos hoje 131 órgãos principais e 494 unidades regionais que utilizam o sistema.

2. APERFEIÇOAMENTO DAS NORMAS DE LICITAÇÕES

Em 2008, foram editados Decretos, Instruções Normativas e Portarias e elaboradas propostas de normas em curso de aprovação, abrangendo os seguintes temas:

a) Convênios e Contratos de Repasse – A Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, regulamentou o Decreto nº 6.170, de 2007, visando adequar a norma ao Portal de Convênios, que foi desenvolvido para maior transparência, publicidade e eficiência na celebração de convênios. Posteriormente, foi editada a Portaria Interministerial nº 342, de 5 de novembro de 2008, que alterou a Portaria Interministerial nº 127, de 2008. O Decreto nº 6.248, de 14 de abril de 2008, o Decreto nº 6.497, de 30 de junho de 2008 e o Decreto nº 6.619, de 29 de outubro de 2008, alteraram, acresceram dispositivos e deram nova redação a dispositivos do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. A Portaria Interministerial nº 165, de 20 de junho de 2008, regulamentou a Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, de que trata o § 1º, do art. 13, do Decreto nº 6.170, de 2007 e a Portaria Interministerial nº 24, de 19 de fevereiro de 2008, regulamentou os procedimentos operacionais para o atendimento ao disposto no art. 17 do Decreto nº 6.170, de 2007.

b) Veículos – Foi editada a Instrução Normativa nº 1, de 15 de maio de 2008, que altera a Instrução Normativa nº 1, de 21 de julho de 2007. No entanto, posteriormente, foi editado o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com a finalidade de adequar os normativos que tratam da utilização dos veículos oficiais às

atuais necessidades da Administração Pública Federal e consolidar os regulamentos anteriores, que estão fragmentados em diversos atos normativos que tratam de outros temas ou providências alheios ao tema. O Decreto foi regulamentado pela Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008.

c) Cartão de Pagamento do Governo Federal – O Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterou os Decretos nºs 5.355, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação permanente, e determina o encerramento das contas bancárias destinadas à movimentação de suprimento de fundos.

d) Contratação de serviços – Foi editada a Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não, com o objetivo de aprimorar a Instrução Normativa nº 18 do MARE, de 22 de dezembro de 1997, em função das alterações ocorridas na legislação e normas de contratação, dos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, das decisões emanadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, bem como na jurisprudência do TST referente à responsabilidade solidária dos débitos trabalhistas. Foi editada a Portaria nº 3, de 21 de fevereiro de 2008, que atualiza os valores limites para contratação de serviços de vigilância em substituição aos valores limites publicados pela Portaria nº 3, de 15 de agosto de 2006 para as Unidades Federativas que menciona e dá outras providências.

e) Contratação de medicamentos e fármacos – Foi editada a Portaria Interministerial nº 128, de 29 de maio de 2008, que estabelece diretrizes para a Contratação Pública de medicamentos e Fármacos pelo Sistema Único de Saúde, com o objetivo de (i) fortalecer o setor produtivo brasileiro de fármacos e medicamentos, considerado estratégico na PITCE; (ii) possibilitar a ampliação do acesso da população aos medicamentos e (iii) garantir a qualidade e a segurança das contratações públicas de fármacos e medicamentos.

f) Revogação da Portaria nº 1, de 2002 – A Portaria Normativa nº 1, de 28 de agosto de 2008, revogou a Portaria Normativa nº 1, de 6 de agosto de 2002, que estabelece procedimentos visando disciplinar a contratação da prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, do Serviço Móvel de Celular – SMC, do Serviço Móvel Pessoal – SMP, do Serviço Móvel Especial – SME e da Chamada Franqueada do Serviço Telefônico Fixo – STFC 0800, a ser executado de forma contínua nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG. Verifica-se que a evolução dos serviços telefônicos os caracteriza essencialmente como serviços comuns, não carecendo atualmente de regulamentação adicional que já não esteja estabelecida na regulamentação geral de compras e de pregão a que se submete a Administração Pública Federal.

g) Convocação para atualização cadastral no SICAF – Foram editadas as Portaria nº 1, de 29 de janeiro de 2008, a Portaria nº 4, de 29 de abril de 2008, a Portaria nº 6, de 31 de julho de 2008 e a Portaria nº 9, de 31 de outubro de 2008, que convocam, para comparecimento perante a respectiva Unidade Cadastradora, os inscritos no Sistema Unificado de Fornecedores – SICAF, para a renovação anual da

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O Programa teve um desempenho muito bom em 2008. Foram implantadas diversas funcionalidades no SIASG/Comprasnet e nos módulos que o compõem, cujas informações constam do item "Principais Resultados" acima. Destacam-se também as ações realizadas para implantação do SICONV/Portal de Convênios, com a continuidade do desenvolvimento do sistema em 2008. Na ação "Informatização de Processos Administrativos", continuou-se a implantar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens em diversos órgãos da Administração Pública Federal e em suas unidades regionais.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Otimizar os processos administrativos e de contratação de bens, obras e serviços, com impactos positivos sobre a redução de **GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL:** Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Os resultados do programa contribuem diretamente para o cumprimento do objetivo setorial, na medida em que suas ações são constituídas por atividades e sistemas informatizados que propiciam a redução de custos operacionais, de aquisição de bens e de contratações de serviços. Além disso, a informatização dos processos de compras governamentais, de transferências voluntárias da União e de diárias e passagens traz considerável aumento de transparência desses processos, que também propiciam medidas de controle social.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O público-alvo, constituído por usuários dos sistemas disponibilizados, foi devidamente alcançado com as ações de implantação de funcionalidades e módulos e de capacitação presencial e virtual.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Os usuários, a julgar pelas interações existentes com técnicos do MP em diversos eventos de capacitação, orientação e atendimento, demonstram-se satisfeitos com a melhoria de performance dos sistemas que compreendem o programa, principalmente com a implantação de novas funcionalidades disponibilizadas, o que facilita a operacionalização desses sistemas pelos usuários. Também foram indicadas, pelos usuários, alguns pontos de melhoria nos sistemas que compreendem o programa.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: Aplicação de questionários de avaliação nos treinamentos realizados e "feedbacks" em eventos de interação com usuários, tais como reuniões, palestras e seminários.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: Os sistemas pertinentes ao programa disponibilizam ferramentas para o controle social, além de canais de comunicação com usuários e sociedade, estruturados em "call centers".

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: O controle social auxilia para o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e de transparência das ações e atividades do programa.

Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública

GERENTE DO PROGRAMA

Helena Kerr do Amaral

OBJETIVO

Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das competências institucionais

PÚBLICO-ALVO

Servidores da Administração Pública

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$25.556.687,00	Empenhado Liquidado: R\$23.300.413,00
	Paço Estatais: -
	Total: R\$23.300.413,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	90,00	43,00	0,48	45.571,00	22.525,00	0,49
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	16,00	15,00	0,94	18.582,00	14.456,00	0,78
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	174,00	173,00	0,99	335.632,00	335.568,00	1,00
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	144,00	132,00	0,92	178.137,00	136.803,00	0,77
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	300,00	159,00	0,53	200.000,00	197.405,00	0,99

Relatório Anual de Avaliação

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	1.006.666,00	984.073,00	0,98
Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública - 4066 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	22.110,00	29.578,00	1,34	4.131.201,00	3.805.216,00	0,92
Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras - 4068 (ALUNO FORMADO/UNIDADE)	1.225,00	986,00	0,80	2.539.600,00	1.706.097,00	0,67
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	14.881.298,00	14.847.221,00	1,00
Intercâmbio com Instituições Internacionais de Excelência em Gestão Pública - 2A44 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	25,00	26,00	1,04	200.000,00	194.821,00	0,97
Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública - 6275 (Exemplar disseminado/UNIDADE)	110.000,00	243.611,00	2,21	720.000,00	464.842,00	0,65
Pós-Graduação Lato Sensu e Atualização para Servidores - 6273 (ALUNO FORMADO/UNIDADE)	555,00	779,00	1,40	1.300.000,00	591.386,00	0,45
Índice médio geral de realização			1,07			0,81

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	5.763,00	4.990,00	0,87
(RAP 2007) Concessão de Prêmios para Inovações na Gestão Pública Federal - 4836 (CONCURSO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	60,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública - 4066 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	855.847,00	803.718,00	0,94

(RAP 2007) Difusão de Conhecimento em Gestão Pública - 6275 (Exemplar disseminado/UNIDADE)	-	-	-	137.743,00	122.499,00	0,89
(RAP 2007) Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras - 4068 (ALUNO MATRICULADO/UNIDADE)	-	-	-	32.424,00	32.044,00	0,99
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	564.130,00	549.361,00	0,97
(RAP 2007) Pós-Graduação Lato Sensu para Servidores - 6273 (ALUNO MATRICULADO/UNIDADE)	-	-	-	363,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			-			0,67

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Número de Horas de Capacitação Realizadas - Hora	576.047,000	31/12/2006	738.289,000	01/2009	570.000,000	Alta
Fonte: Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP						
Medidas corretivas necessárias:						
Número de Servidores Capacitados - UNIDADE	20.379,000	31/12/2006	31.734,000	01/2009	21.500,000	Alta
Fonte: Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP						
Medidas corretivas necessárias:						
Número de Servidores Capacitados por meio de Destaques Orçamentários - UNIDADE	2.230,000	31/12/2006	648,000	01/2009	2.300,000	Média
Fonte: Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP						
Medidas corretivas necessárias: Os valores alcançados em 2008 refletiram uma priorização na utilização de contratos em vez de destaques orçamentários. Em relação ao atingimento do índice previsto para o final do PPA, não é possível redimensionar a programação no momento, pois tais índices podem variar muito de acordo com o comportamento dos contingenciamentos durante cada exercício.						
Número de Downloads Realizados no Sítio da ENAP - UNIDADE	101.896,000	31/12/2006	220.066,000	01/2009	115.000,000	Alta
Fonte: Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP						
Medidas corretivas necessárias:						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando a necessidade de aumentar a capacidade de governo, faz-se urgente a profissionalização e melhoria da qualidade do serviço público. A ENAP, por estar atenta às necessidades do governo e por sua capacidade de prospecção e inovação, almeja torna-se uma das primeiras opções para a capacitação de servidores e dirigentes públicos. Diferentemente de tendências puramente acadêmicas, o Programa deve produzir estudos e pesquisas que promovam a reflexão crítica sobre temas de interesse do governo federal, em particular no que diz respeito a problemas estratégicos de gestão pública. Essas ações visam suprir lacuna relativa a disseminação de conceitos e tecnologia inovadores que aumentem a competência e a capacidade de resolver problemas nas áreas de governabilidade, governança e gestão de políticas públicas.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1- R1 - Os cursos oferecidos na ação 4066 (Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública) capacitaram 29.578 servidores com orçamento próprio da ENAP e 556 com recursos provindos de destaques orçamentários, o que totalizou 30.134 servidores capacitados. A meta foi superada em 33,78%, sem considerar o realizado por meio de destaques orçamentários.

R2 – Na ação 4068 (Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras) foram formados 986 alunos, o que representa 80,49% do previsto.

R3 - Na ação de 6273 (Pós-graduação Lato Sensu e Atualização para Servidores), a meta física alcançada foi 40,36% acima da prevista. Foram formados 779 alunos em 2008.

R4 - Na ação de 6275 (Difusão de Conhecimento em Gestão Pública), foram disseminados 243.611 exemplares, com uma superação da meta física na ordem de 121,46%.

R5 - No que se refere à ação de 2A44 (Intercâmbio com Instituições Internacionais de Excelência em Gestão Pública), foram realizados 26 eventos, superando em 4% a meta prevista.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Considerou-se o alcance acima do previsto para 2008 porque a maioria das ações teve suas metas físicas superadas.

R2: Em relação à ação 4068, no ano de 2008, a meta de 1.225 capacitações não foi atingida, ficando em 80,5% do proposto. Houve um grau de desistências de alunos matriculados, antes do início dos cursos, mais alto do que nos anos anteriores, o que pode ser atribuído às indefinições decorrentes das mudanças na regulamentação da carreira de EPPGG. Assim, ainda que a oferta tenha sido ampliada para além da meta proposta (1.434 vagas), o resultado ficou aquém da meta. Até o mês de outubro a média de desistências no ano estava em cerca de 15%, mas depois desse período a média subiu para mais de 31%.

R4: Em relação à ação 6275, a superação da meta física originalmente planejada decorre, principalmente, do elevado número de textos disseminados (um total de 220.066 downloads). A inclusão de novas publicações em formato digital (das Coletâneas de Políticas Públicas e de Planejamento e Orçamento) e a diminuição das

exigências cadastrais para a realização de downloads e a inclusão diversos textos disponibilizadas no sitio da ENAP na bibliografia de vários concursos públicos foram os principais fatores que contribuíram para o aumento do número de downloads. Deve-se, ainda, considerar a ampliação do acesso aos artigos publicados na Revista do Serviço Público, aos textos das experiências vencedoras do Prêmio de Inovação da Administração Pública Federal no Banco de Soluções e do Catálogo de Cursos ENAP, todos em formato digital para download, o que aumentou a visibilidade das publicações da ENAP junto a acadêmicos e servidores.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Democratizar as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal e desenvolver competências de servidores públicos para **GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL:** Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Os produtos desenvolvidos pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP têm por objetivo produzir impacto direto na qualidade das ações finalísticas dos órgãos. Procura-se realizar a capacitação dos servidores públicos de forma integradora, tendo em conta a especificidade de cada tema e, ao mesmo tempo, abordando os fundamentos que devem embasar toda ação pública, os quais se situam no campo da ética, da democracia e da justiça social. As ações realizadas pela ENAP inserem-se no Programa Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública que tem como objetivo aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Eram previstas 20 mil capacitações de servidores públicos para o ano de 2008. A ENAP superou o previsto, tendo realizado mais de 31 mil capacitações. Cabe ressaltar que, deste total, foram realizadas cerca de 3 mil capacitações para cargos de Direção e Assessoramento Superiores - DAS. Os DAS são a porção do público alvo sobre os quais a ENAP vem concentrando esforços para capacitá-los em decorrência da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto nº 5.707/06.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: O reconhecimento dos cursos da ENAP pelo público beneficiário pode ser observado mediante o aumento em sua demanda por parte de diferentes órgãos e servidores de diversas esferas de governo.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: A satisfação do público beneficiário do programa da ENAP pode ser aferida por meio de avaliações de reação realizadas nos cursos (contendo questões sobre vários aspectos do curso, tais como didática do professor, adequação do conteúdo ministrado, infraestrutura da escola etc.), mensagens recebidas pelo sistema "Fale Conosco",

disponibilizado no sítio da ENAP na Internet.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: Na cooperação realizada com a Espanha, o Projeto “Fortalecimento da Gestão de Políticas Públicas de Inclusão Social do Governo Federal Brasileiro” contemplou uma visita técnica àquele país para conhecer a experiência de estruturação, funcionamento e regulação dos serviços de proteção da assistência social destinados a idosos e a pessoas com deficiência.

Gênero: Além disso, a ENAP passou a fazer parte da coordenação técnica que instituiu o Prêmio “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM”, uma iniciativa do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade em parceria com o Governo Federal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O objetivo é valorizar as iniciativas de prefeituras e organizações em prol dos oito ODM, estabelecidos na Cúpula do Milênio realizada pela Organização das Nações Unidas em 2000. Dando continuidade às atividades da 2ª edição do Prêmio iniciadas em 2007 e contando com o apoio do IPEA, em 2008 a ENAP organizou visitas técnicas e a reunião do júri de notáveis para a indicação dos vencedores. Também apoiou as tarefas relativas à cerimônia de premiação, incluindo a emissão de certificados aos participantes que atingiram a fase de classificação do Prêmio. Dentre os ODM, estão a promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia das mulheres, além da melhoria da saúde das gestantes.

Criança e Juventude: Ainda em relação ao Prêmio “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM”, vale destacar que um dos objetivos é a redução da mortalidade infantil.

COMENTÁRIOS: Vale ressaltar que, na cooperação com o Canadá, foi iniciado o Projeto “Desenvolvimento de Capacidade de Governança”, com a Escola Canadense do Serviço Público, apoiado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. O referido projeto é coordenado pela ENAP e contou com a participação das Secretarias Especiais da Presidência da República de Políticas para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O projeto tem como objetivo geral contribuir para a redução da pobreza e desigualdades no Brasil, por meio do desenvolvimento de capacidades governamentais para a oferta de serviços públicos efetivos e orientados ao cidadão.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

A ENAP possui o Fale Conosco, canal de comunicação com qualquer pessoa interessada nas ações desenvolvidas pela Escola.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Melhoria das atividades realizadas.

Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública

GERENTE DO PROGRAMA

Marcelo Viana Estevão de Moraes

OBJETIVO

Promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas à nova concepção de gestão pública com vistas a tornar o Estado capaz de assegurar direitos aos cidadãos

PÚBLICO-ALVO

Administração Pública

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$113.980.679,00	Empenhado Liquidado: R\$78.877.008,00
	Paço Estatais: -
	Total: R\$78.877.008,00
Previsto não orçamentário R\$150.000.000,00	Realizado não orçamentário R\$10.062.517,00

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Administração da Estrutura Organizacional do Poder Executivo Federal - 6281 (Modelo proposto/UNIDADE)	4,00	17,00	4,25	100.000,00	25.000,00	0,25
Apoio à Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - PROMOEX - 10UW (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	44,00	33,00	0,75	30.800.000,00	21.137.925,00	0,69
Assistência Técnica para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal - PNAGE - 10UX (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	27,00	0,00	0,00	56.000.000,00	52.260.001,00	0,93
Elaboração do Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil - PRODEV - 1K31 (Plano de ação elaborado/% de execução física)	60,00	0,00	0,00	446.879,00	0,00	0,00
Financiamento à Modernização da Gestão Estadual - 90F9 (Financiamento concedido/UNIDADE)	10,00	6,00	0,60	150.000.000,00	10.062.517,00	0,07

Relatório Anual de Avaliação

Fomento à Melhoria da Gestão Pública - 2D33 (Solução de melhoria disseminada/UNIDADE)	15,00	1,00	0,07	12.419.800,00	3.926.797,00	0,32
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	2.350.000,00	1.148.654,00	0,49
Implementação da Modernização do Poder Executivo Federal - PMPEF - 1118 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	10,00	10,00	1,00	9.452.000,00	178.699,00	0,02
Modernização do Aparelho do Estado - EuroBrasil 2000 - 1112 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	1.000,00	62,00	0,06	562.000,00	81.100,00	0,14
Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIOrg - 4075 (sistema mantido/UNIDADE)	1,00	12,00	12,00	1.850.000,00	118.832,00	0,06
Índice médio geral de realização			2,08			0,30

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - PNAGE - 0A21 (PROJETO IMPLEMENTADO/% de execução física)	-	-	-	32.392.471,00	4.957.119,00	0,15
(RAP 2007) Apoio à Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - PROMOEX - 0684 (PROJETO IMPLEMENTADO/% de execução física)	-	-	-	25.857.085,00	216.288,00	0,01
(RAP 2007) Elaboração do Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil - PRODEV - 1K31 (Plano de Ação Elaborado/% de execução física)	-	-	-	219.266,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Fomento à Melhoria da Gestão Pública - 2D33 (-/-)	-	-	-	537.391,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	183.758,00	71.456,00	0,39

(RAP 2007) Modernização do Aparelho do Estado - EuroBrasil 2000 - 1112 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	248.350,00	87.473,00	0,35
(RAP 2007) Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG - 4075 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	51.422,00	43.610,00	0,85
Índice médio geral de realização			-			0,25

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

A implementação de uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão, é um dos desafios definidos nas Orientações Estratégicas do Governo com vistas à consecução do mega objetivo de promover a cidadania e o fortalecimento da democracia. Neste sentido, o programa constitui um centro de geração e implementação de novas práticas e mecanismos voltados para a concepção e institucionalização de modelos de gestão promotores da cidadania. São ações voltadas para a transformação da gestão pública e implementação de mecanismos de controle social sintonizadas com as políticas de governo.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - No exercício de 2008 as principais iniciativas e ações no âmbito do programa foram as seguintes:

- 1) Iniciadas as articulações para a construção de um pacto para melhorar a gestão pública, materializado na Carta de Brasília, documento no qual foram registradas as principais preocupações e diretrizes que devem orientar as estratégias e as ações desse movimento em prol da melhoria da gestão pública.
- 2) Recomposição da força de trabalho do setor público mediante autorizações para realização de concursos públicos e para provimento de cargos efetivos, inclusive para substituição de empregados terceirizados contratados de forma irregular;
- 3) Reforço da capacidade de execução dos órgãos e entidades responsáveis pelas principais ações dos programas prioritários de governo, mediante reestruturações de suas estruturas regimentais e aumento de sua força de trabalho por meio das autorizações para realização de concursos públicos;
- 4) Estudos e análises sobre extinção, criação e remanejamento de cargos e funções (comissionadas e técnicas) e de rearranjos em estruturas organizacionais de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;
- 5) Estudos visando à elaboração de anteprojeto de lei orgânica da administração pública, instrumento que objetiva atualizar o marco regulatório representado pelo Decreto-lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967, agora em um ambiente democrático;
- 6) Elaboração de anteprojeto de lei regulamentando a contratualização de desempenho institucional (§8o do art. 37 da Constituição Federal – CF) e a reversão de economia com despesas correntes (§7o do art. 37 da CF);
- 7) Formalização de dois novos projetos de cooperação técnica internacional: um com a União Européia – UE, o Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil/UE, e outro com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, o Projeto de Modernização da Gestão Pública;
- 8) Elaboração de projeto de lei de criação das Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE;
- 9) Elaboração de projetos de lei de criação das carreiras de Desenvolvimento de Políticas Sociais e de Analista Executivo;
- 10) Reorientação da Cooperação Técnica Internacional (encerramento do PMPEF e do EUROBRASIL2000; revisão do PROMOEX e do PNAGE; início do PRODEV, Brasil Municípios, Diálogos Setoriais e Cooperação Espanhola).

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: As ações que mais contribuíram para a obtenção dos resultados do programa foram (i) as ações relativas à recomposição da força de trabalho do setor público e (ii) ao reforço da capacidade de execução dos órgãos e entidades responsáveis pelas principais ações dos programas prioritários de governo. Isto pelo fato de haverem sido essas duas ações aquelas que foram iniciadas e concluídas dentro do exercício de 2008. Os resultados das demais dependem da interação ou interveniência de outros atores que não a SEGES, razão pela qual estendem-se por mais de um exercício.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Promover a gestão pública eficiente e efetiva, com vistas a tornar a administração pública: ética, transparente, participativa e

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O Programa contribuiu de forma importante para o alcance do objetivo

setorial pelas seguintes razões principais:

- a) O tema gestão pública passou a fazer parte da agenda de discussões no âmbito do governo e, de forma particular, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- b) A construção de um movimento nacional em prol da melhoria da gestão pública iniciou-se, e teve como marco inaugural a Carta de Brasília da Gestão Pública, que é resultado da parceria firmada entre o Ministério do Planejamento e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração – CONSAD;
- c) Avanços significativos foram registrados nos campos:
 - i. da recomposição e profissionalização da força de trabalho no âmbito do Poder Executivo Federal;
 - ii. do fomento e apoio à melhoria da gestão das organizações públicas; e
 - iii. de realização de estudos e apresentação de propostas para aperfeiçoar o marco legal.
- d) A elaboração e implementação, ainda em estágio inicial, de uma agenda de apoio à melhoria da gestão em estados e municípios (em parceria com a Subchefia de Assuntos Federativos – SAF, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República);
- e) O empreendimento, com êxito, de esforços para realizar o Congresso do Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo - CLAD 2009 no Brasil em 2009; e
- f) O encaminhamento de algumas importantes propostas de medidas legislativas para a melhor organização e funcionamento da administração pública, merecendo destaque: o anteprojeto de lei regulamentando a contratualização de desempenho institucional (§8o do art. 37 da Constituição Federal – CF) e a reversão de economia com despesas correntes (§7o do art. 37 da CF); proposta de Decreto para simplificação do atendimento ao cidadão; projeto de lei de criação das Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE; e os projetos de lei de criação das carreiras de Desenvolvimento de Políticas Sociais e de Analista Executivo.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: O público-alvo deste programa são os órgãos da Administração Pública Federal (APF) de maneira geral e de forma continuada. De modo focalizado e a partir de projetos, órgãos de outros poderes e níveis de governo, como no caso dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais (PROMOEX) e dos Governos Estaduais (PNAGE) e Municipais (PRODEV). Assim, pode-se avaliar que a cobertura é bastante ampla nos casos dos projetos e, no caso da APF, depende bastante dos perfis, características e modelos de gestão de cada órgão e entidade. Aqueles que trabalham dentro dos marcos do planejamento estratégico e de priorizar as questões organizacionais e de gestão de recursos demandam soluções e aportes da SEGES, a partir de ações do GESPÚBLICA ou de solicitações de alterações de estruturas e de adequação no perfil e tamanho da sua força de trabalho.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: O programa é constituído por um conjunto de ações com focos distintos e que não permite aplicação de metodologia de avaliação comum a todas.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Audiência Pública: Na fase de elaboração de anteprojetos de textos normativos sobre assuntos envolvendo a Administração Pública eles são discutidos em fóruns e seminários antes de serem submetidos à consulta pública.

Consulta Pública: Anteprojetos de textos normativos sobre assuntos envolvendo a Administração Pública são submetidos à consulta pública antes de seu envio ao Poder Legislativo (no caso dos projetos de lei) ou a sua edição (no caso de decretos).

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A possibilidade de aperfeiçoamento das medidas e dos anteprojetos em estudo, objeto das consultas e audiências públicas.

Gestão da Política na Área de Planejamento

GERENTE DO PROGRAMA

João Bernardo de Azevedo Bringel

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública

PÚBLICO-ALVO

Governo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$67.510.656,00	Empenhado Liquidado: R\$20.801.866,00
	Paço Estatais: -
	Total: R\$20.801.866,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	1.950,00	0,00	0,00	2.450.852,00	299.471,00	0,12
Coordenação do Processo de Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais - 4506 (Projeto Recomendado/UNIDADE)	45,00	0,00	0,00	490.648,00	216.078,00	0,44
Coordenação do Processo Orçamentário das Empresas Estatais Federais - 4743 (Orçamento de investimento elaborado/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	3.206.000,00	1.339.532,00	0,42
Estudos e Acompanhamento da Estrutura Econômica Brasileira - 4732 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	10,00	0,00	0,00	8.326.000,00	121.115,00	0,01
Extinção e Liquidação de Entidades Públicas Federais - 4069 (Processo supervisionado/UNIDADE)	65,00	65,00	1,00	1.000.000,00	225.671,00	0,23

Relatório Anual de Avaliação

Integralização de Cotas da Corporação Interamericana de Investimentos - CII - 0540 (-/-)	0,00	0,00	-	13.464.000,00	0,00	0,00
Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD - 0542 (-/-)	0,00	0,00	-	1.380.374,00	1.000.000,00	0,72
Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD - 0541 (-/-)	0,00	0,00	-	10.142.216,00	2.500.000,00	0,25
Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA - 0543 (-/-)	0,00	0,00	-	5.224.735,00	1.000.000,00	0,19
Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN - 0539 (-/-)	0,00	0,00	-	7.725.831,00	0,00	0,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	2.000.000,00	2.000.000,00	1,00
Sistemas Estruturantes e Corporativos - 2C03 (sistema mantido/UNIDADE)	100,00	66,00	0,66	12.100.000,00	12.099.999,00	1,00
Índice médio geral de realização				0,44		0,37

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	3.920,00	3.920,00	1,00
(RAP 2007) Coordenação do Processo de Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais - 4506 (Projeto Recomendado/UNIDADE)	-	-	-	81.522,00	11.210,00	0,14
(RAP 2007) Coordenação do Processo Orçamentário das Empresas Estatais Federais - 4743 (Orçamento de investimento elaborado/UNIDADE)	-	-	-	531.982,00	384.230,00	0,72
(RAP 2007) Estudos e Acompanhamento da Estrutura Econômica Brasileira - 4732 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	18.522,00	565,00	0,03

(RAP 2007) Extinção e Liquidação de Entidades Públicas Federais - 4069 (Processo supervisionado/UNIDADE)	-	-	-	45.533,00	45.002,00	0,99
(RAP 2007) Integralização de Cotas da Corporação Andina de Fomento - CAF - 0001 (-/-)	-	-	-	551.000.000,00	551.000.000,00	1,00
(RAP 2007) Integralização de Cotas da Corporação Interamericana de Investimentos - CII - 0540 (-/-)	-	-	-	14.115.394,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD - 0542 (-/-)	-	-	-	1.797.363,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD - 0541 (-/-)	-	-	-	6.264.227,00	4.161.157,00	0,66
(RAP 2007) Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA - 0543 (-/-)	-	-	-	5.855.925,00	4.303.808,00	0,73
(RAP 2007) Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN - 0539 (-/-)	-	-	-	2.501.901,00	2.364.518,00	0,95
Índice médio geral de realização			-			0,57

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - A elaboração de vários estudos em 2008, tais como: 1) Elaboração de modelo fiscal-monetário de previsão de inflação com expectativas endógenas e suas implicações para a política econômica. 2) Aprimoramento de modelos de projeção de exportações e importações de bens e serviços. 3) Aprimoramento do modelo de previsão de receitas tributárias administradas pela SRF/MF e elaboração de previsão dessas receitas, com objetivo de estimar impactos sobre o Resultado Primário do Governo Central. O Ministério recebeu em 2008, 118 solicitações de financiamento externo, que alcançaram o montante de US\$ 14,2 bilhões, com contrapartida de US\$ 24,2 bilhões. Realizaram-se neste ano 48 negociações com Organismos Internacionais representando US\$ 7,3 bilhões, com a contratação de 30 operações no valor de US\$ 4,0 bilhões e a capacitação de 671 servidores em vários treinamentos, principalmente no de Planejamento Estratégico e no de Orçamento e Políticas Públicas.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: As previsões de execução do Programa não foram atingidas, principalmente devido à frustração do andamento de algumas ações, como os projetos de PPP, devido à espera de aprovação de projetos pelo Congresso Nacional, especialmente o projeto do Pontal, e o pagamento de ações de integralização de cotas com recursos inscritos em restos a pagar.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Algumas ações deste programa pouco contribuem para o objetivo setorial associado.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável

JUSTIFICATIVA: O programa está voltado para atender ao Governo Federal.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Os benefícios são para o Governo Federal.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Não

DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: As ações atendem ao Governo Federal.

Relatório Anual de Avaliação

Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público

GERENTE DO PROGRAMA

DUVANIER PAIVA FERREIRA

OBJETIVO

Garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos

PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$162.859.916,00	Empenhado Liquidado: R\$61.421.035,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$61.421.035,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Alocação e Remanejamento de Cargos e Funções no Âmbito do Poder Executivo - 0533 (-/-)	0,00	0,00	-	10.642.364,00	0,00	0,00
Apoio à Formação Básica para Servidores Públicos Federais - FORMAR - 4837 (Servidor matriculado/UNIDADE)	1.500,00	913,00	0,61	800.000,00	288.012,00	0,36
Auditoria na Área de Recursos Humanos - 4064 (AUDITORIA REALIZADA/UNIDADE)	5,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
Capacitação dos Dirigentes e Técnicos de Recursos Humanos do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC - 2655 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	3.277,00	2.674,00	0,82	2.200.000,00	1.153.258,00	0,52
Desenvolvimento do Novo Sistema de Gestão Integrada de Pessoas - 10M8 (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	6,00	0,00	0,00	4.160.000,00	0,00	0,00

Desenvolvimento do Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal - SISOSP - 1130 (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	27,00	2,00	0,07	13.128.009,00	319.728,00	0,26
Estudos para Reestruturação dos Cargos e Carreiras e de Provimento de Pessoas no Serviço Público Federal - 6278 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	370.000,00	282.570,00	0,76
Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - 2D32 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	3.800.000,00	2.835.020,00	0,75
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	2.080.000,00	1.078.283,00	0,52
Negociação Coletiva no Serviço Público Federal - 6274 (Sistema de negociação mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	300.000,00	300.000,00	1,00
Pagamento de Pessoal Decorrente da Criação de Cargos e Funções - 0C02 (-/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Pagamento de Pessoal decorrente de Provimentos por meio de Concursos Públicos - 0623 (-/-)	0,00	0,00	-	60.066.543,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal decorrente de Provimentos por meio de Concursos Públicos, de Planos de Cargos e Empregos, de Acordos Coletivos, de Dissídios e de Anistiados de que trata a Lei nº 8.878/94, no âmbito de Empresas Estatais - 09IZ (-/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - 0707 (-/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE - 4076 (Informação processada/UNIDADE)	211,00	211,00	1,00	65.233.000,00	55.164.164,00	0,85
Índice médio geral de realização			0,50			0,40

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2007) Apoio à Formação Básica para Servidores Públicos Federais - FORMAR - 4837 (Órgão Participante/UNIDADE)	-	-	-	59.882,00	56.242,00	0,94
(RAP 2007) Auditoria na Área de Recursos Humanos - 4064 (AUDITORIA REALIZADA/UNIDADE)	-	-	-	1.053,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Capacitação dos Dirigentes e Técnicos de Recursos Humanos do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC - 2655 (Gerentes e técnicos capacitados/UNIDADE)	-	-	-	215.150,00	170.242,00	0,79
(RAP 2007) Desenvolvimento do Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal - SISOSP - 1130 (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	116.582,00	103.007,00	0,88
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	796.132,00	778.271,00	0,98
(RAP 2007) Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE - 4076 (Informação processada/UNIDADE)	-	-	-	4.564.236,00	4.264.081,00	0,93
Índice médio geral de realização			-			0,75

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o PPA 2003/2007 e a implantação dos objetivos estratégicos do Governo Federal foram realizados os ajustes necessários na gestão de Recursos Humanos, que possibilitaram vencer os desafios (macro objetivos) colocados.

1. Os anos de 1995 a 2002 foram marcados pelo processo de reengenharia produtiva e redesenho do Serviço Público Federal, que implicava em questões de princípios, sobre as quais não havia possibilidade de negociação, exigindo, conseqüentemente, um processo radical de imposição de modelo. Tal cenário, impossibilitava qualquer política de interlocução entre o Estado e os servidores, através de seus sindicatos de classe, sendo as reformas processadas sem a participação direta da sociedade civil organizada e, especialmente, dos servidores públicos federais, diretamente envolvidos. Conseqüência de tais políticas impositivas, foi um cenário conflitivo, no âmbito das relações do trabalho.

2. Destaque-se que a utilização do corporativismo dos servidores para criar uma política salarial baseada em gratificações dirigidas para determinados setores mais organizados e, conseqüentemente com maior poder de pressão, gerou um cenário em que os benefícios salariais dependiam da existência de conflito explícito, gerando, ainda, um crescimento salarial e de carreiras desorganizado e desigual, desprezando-se todos os outros elementos que deveriam integrá-lo como, por exemplo, regras de desenvolvimento, capacitação e perspectivas de crescimento profissional e individual.

3. Desde 2003 foram retomadas as políticas de redimensionamento do Estado e uma política vigorosa de desenvolvimento social e econômico, na busca da queda da desigualdade social, retornando as tarefas estratégicas a ser desempenhadas pelo Estado, ocorrendo como conseqüência a reestruturação de vários órgãos públicos federais (que foram extintos, transformados, ou privatizados no governo anterior) e o conseqüente aumento do contingente de servidores públicos, com reflexo na gestão de recursos humanos e na qualidade dos serviços prestados.

4. Neste sentido, identificou-se como tarefa primordial a criação e institucionalização de um Sistema Nacional de Negociação Permanente - SINP, que visava possibilitar o trato das demandas do Governo e dos Servidores, de forma democrática e transparente e com o acompanhamento das ações pela sociedade. De 2003 a 2005, como instrumento central da política de governo, foi criada a Mesa Nacional de Negociação Permanente, que recepcionava e processava os debates sobre as reivindicações sindicais dos servidores. Assim, ao contrário do que acontecia no passado, os servidores passaram a ser ouvidos e considerados como agentes públicos a serviço da cidadania.

5. De 2003 a 2006 foram instaladas 11 mesas setoriais, 228 reuniões com entidades sindicais e foram criadas/reestruturadas 57 gratificações; foram concedidos 203 reajustes remuneratórios, foram criadas e/ou estruturadas 101 carreiras e 10 planos especiais de cargos. Nestes últimos anos, o governo estabeleceu como meta a concessão de reajustes, no mínimo, nos patamares da inflação do período 2003/2006. Foram reduzidas as discrepâncias remuneratórias existentes, sem desprezar as carreiras com maiores remunerações, mas priorizaram-se servidores que tiveram perdas, dentre eles os pertencentes às carreiras das áreas sociais e as mais numerosas.

6. Existem atualmente na Administração Pública Federal 2.090.900 servidores civis e militares, sendo 1.939.163 no Poder Executivo (fonte: BEP/Jan/07) divididos em planos de carreiras institucionalizados, cargos isolados, planos especiais de cargos, Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE, Plano de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos-PUCRE.

7. O governo federal constituiu-se, no que tange à visão do Estado, em forte ruptura com a política até então desenvolvida pelo governo anterior. Desde 2003, o atual governo executa política de recomposição da força de trabalho do setor público. Foram autorizadas até julho de 2006, mais de 80.000 vagas para concursos públicos, contribuindo para repor as perdas decorrentes de aposentadoria, substituir trabalhadores terceirizados que executavam atividades inerentes a servidor público, estruturar órgãos

sem quadro próprio de pessoal e profissionalizar o serviço público.

8. Considerando a Seguridade Social como um conjunto de ações voltadas para a saúde do servidor em seu sentido mais amplo, destacou-se nos últimos anos o projeto de Saúde Ocupacional do Servidor Público. Este projeto tem objetivo de recepcionar na administração pública as garantias e seguranças necessárias ao trabalhador, no que se refere à sua saúde e segurança ocupacional. Após 15 anos de ausência de um marco regulatório amplo é revertida uma situação cujo prejuízo pôde ser sentido em todos os segmentos envolvidos. O quadro identificado demonstrava a queda da eficiência na prestação de serviço, com redução da capacidade operacional dos servidores em função de afastamentos, além do aumento do quantitativo de aposentadorias por invalidez.

9. Outra política proposta nos anos recentes foi a retomada da capacitação dos servidores públicos por intermédio de um novo Decreto, o de número 5.707/06. A SRH tem como competência organizacional promover e estimular o aperfeiçoamento contínuo dos dirigentes e técnicos das áreas de gestão de pessoas dos órgãos e entidades públicas que formam o SIPEC, além de tornar mais eficiente e eficaz as ações ligadas à essa área com vistas à melhoria dos processos internos e à interpretação e aplicação da legislação vigente. As ações de capacitação compreendem a realização de cursos diversos de curta, média e longa duração, com foco na atualização e na profissionalização de dirigentes e técnicos de recursos humanos; para tanto, se utilizará de realização de eventos/fóruns, cursos, videoconferências e ensino a distância. Para a execução dessas ações, contamos com a colaboração de instituições parceiras, como as Escolas de Governo (ENAP e ESAF) e a Universidade de Brasília.

10. Até o final da década de 80, a maioria dos órgãos da administração pública federal tinha sistemas informatizados de recursos humanos, com tabelas e regras distintas e individualizadas. Em meados de 1990, o governo federal quis conhecer organizadamente o seu gasto com pessoal e estabelecer regras claras e uniformes para a gestão dos recursos humanos. A solução encontrada foi dotar o SIPEC, criado pelo Decreto 67.326/70, com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, instrumento de modernização da Administração de Recursos Humanos e de viabilização de integração sistêmica nessa área. Atualmente, o SIAPE executa, mensalmente, a folha de pagamento dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, como também de algumas empresas públicas, dos policiais militares dos extintos ex-territórios e das polícias do governo do Distrito Federal. Isso representa um total de 1,3 milhão de servidores/mês, relacionando-se com aproximadamente 12.000 Unidades Pagadoras. Importa destacar que o SIAPE é a ferramenta do governo federal para pagamento dos servidores públicos federais, mas que pretende se tornar instrumento estratégico de gestão de pessoas, com a implantação de novas funcionalidades, dinamizando o seu principal instrumental: o cadastro.

11. As organizações, tanto públicas como privadas, que pretendem obter sucesso em sua trajetória, terão de interagir com o meio ambiente natural, político e social à sua volta, respeitando os direitos individuais e coletivos da sociedade, promovendo e expandindo a cidadania e fortalecendo a democracia em última análise, fator que se encontra previsto nos mega objetivos estratégicos do governo.

12. Neste aspecto, cresce de importância o papel de uma ouvidoria como elo formal e informal de intermediação com o cidadão. O fortalecimento dessa atividade representa um estímulo ao exercício da cidadania e o aprimoramento do necessário controle da Administração Pública para

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

- 1 - 1) Encaminhamento de 4 propostas de medidas provisórias (MPs 437, 438, 440 e 441), publicadas e convertidas em lei, que reajustaram remunerações e reestruturaram carreiras referentes a todos os servidores públicos federais. Foram resultado de longo processo de negociação com entidades sindicais e reuniões com gestores de recursos humanos, totalizando 376 reuniões, 34 termos de compromisso e 24 grupos de trabalho criados com representantes sindicais.
- 2) Nova sistemática de avaliação de desempenho, que estabelece critérios para a regulamentação das gratificações de desempenho devidas aos servidores públicos com remuneração por vencimento básico e gratificação de desempenho.
- 3) Definição dos critérios do Sistema de Desenvolvimento das Carreiras (SIDECA), que regulamentará os critérios de promoção e progressão dos servidores que são remunerados por subsídio.
- 4) Com relação aos anistiados da Lei nº 8.878/94, a atuação da CEI (Comissão Especial Interministerial) resultou em:
 - 4.1. Análise de 7.048 processos.
 - 4.2. Deferimento do retorno ao serviço público de 3.049 anistiados.
 - 4.3. 1.640 anistiados com exercício efetivado, recompondo a força de trabalho dos órgãos públicos com a substituição de terceirizados.
- 5) No âmbito do SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos):
 - 5.1. Adequação das tabelas de cargos e carreiras para aplicar à folha de pagamento as alterações nas remunerações advindas com as Medidas Provisórias.
 - 5.2. Medias corretivas, adaptativas, revisões e alterações implementadas para atender aos apontamentos da Auditoria de Recursos Humanos e as recomendações e determinações dos órgãos de controle.
 - 5.3. Modernização do Portal SIAPEnet, visando melhorar o seu desempenho e reduzir custos.
- 6) Encaminhamento de proposta de Decreto para substituição do SISOSP (Sistema de Saúde Ocupacional do Servidor Público) pelo SIASS (Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor), para a definição de política de saúde em caráter nacional e a sua alocação no âmbito do SIPEC (Sistema de Pessoal Civil da União).
- 7) Universalização da oferta do benefício de saúde suplementar para todos os servidores públicos federais, com a recuperação do valor per capita deste benefício, bem como a sua classificação como despesa não passível de contingenciamento no orçamento de 2009;
- 8) Alteração da Lei nº 8.112/90 para garantir o exame periódico para todos os servidores.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Algumas ações previstas no programa alcançaram 100% das metas previstas; outras tiveram dificuldades para serem executadas em sua totalidade pois dependiam de atos normativos para a sua implementação.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Democratizar as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal e desenvolver competências de servidores públicos para

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Os resultados alcançados contribuíram significativamente para a evolução do processo de democratização das relações de trabalho, na medida em que o Sistema de Nacional de Negociação Permanente (SINNP) viabilizou o processo de negociação com as entidades representativas dos servidores públicos, resultando em reajustes e estruturação e reestruturação das carreiras, que foram delineadas visando a valorização

do servidor, com a remuneração por gratificação de desempenho e por subsídio com critérios objetivos de promoção e progressão.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: As Medidas Provisórias que reajustaram remunerações e estruturaram as carreiras alcançaram todo o pessoal civil do Poder Executivo.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A Secretaria de Recursos Humanos é órgão central do Sistema de Pessoal Civil da União (SIPEC) e como tal tem competência normativa em matéria de pessoal civil no âmbito da administração federal e de propor a formulação de políticas e diretrizes para a administração de recursos humanos, não avaliando diretamente a satisfação dos servidores públicos dos diversos órgãos públicos. A Secretaria exerce as atividades de ouvidoria, colocando à disposição dos servidores ativos, aposentados e pensionistas sistema que permite a recepção de dúvidas, reclamações, sugestões e elogios sobre a política de gestão de pessoas.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: Compõe a estrutura da SRH a Ouvidoria Geral do Servidor.

Reunião com grupos de interesse: O Sistema Nacional de Negociação Permanente envolve reuniões e grupos de trabalhos com entidades representativas dos servidores públicos.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A participação das entidades sindicais no processo de negociação foi fundamental para o processo de democratização das relações de trabalho e as mensagens dos servidores para a Ouvidoria aproximaram os servidores ao órgão central, possibilitando uma visão da aplicação da aplicação da política de gestão de pessoas.

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

GERENTE DO PROGRAMA

Alexandra Reschke

OBJETIVO

Identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da administração pública e a sociedade em geral, priorizando famílias com renda até cinco salários mínimos e comunidades tradicionais (ribeirinhas, varzenteiras e quilombolas)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$44.190.940,00	Empenhado Liquidado:	R\$35.859.559,00
	Paço Estatais:	-
	Total:	R\$35.859.559,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Arrecadação e Cobrança Administrativa de Créditos Patrimoniais - 2A37 (Receita arrecadada/R\$)	365.778.670,00	437.323.039,00	1,20	4.000.000,00	3.136.312,00	0,78
Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União - 8688 (Imóvel cadastrado /UNIDADE)	18.000,00	17.594,00	0,98	5.918.400,00	4.344.326,00	0,73
Desenvolvimento do Projeto Orla - 8676 (Município apoiado/UNIDADE)	10,00	9,00	0,90	1.151.400,00	441.743,00	0,38
Destinação de Imóveis da União - 4852 (Imóvel destinado/UNIDADE)	190,00	417,00	2,19	4.697.600,00	2.821.439,00	0,60
Fiscalização e Controle do Uso de Imóveis da União - 8690 (Imóvel fiscalizado/UNIDADE)	30.000,00	27.149,00	0,90	2.092.500,00	983.411,00	0,47
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	13.000.000,00	11.988.927,00	0,92
Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima - 6642 (Município apoiado/UNIDADE)	28,00	13,00	0,46	346.940,00	346.940,00	1,00

Relatório Anual de Avaliação

Regularização Fundiária em Imóveis da União - 6738 (imóvel regularizado/UNIDADE)	10,00	12,00	1,20	1.280.100,00	412.453,00	0,32
Remoção de Ocupações Irregulares de Edificações no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 20A8 (acordo firmado/UNIDADE)	10,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	1,00
Retribuição pelos Serviços de Caracterização do Patrimônio da União - 200F (convênio firmado/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Sistemas de Informação para a Gestão do Patrimônio da União - 4078 (sistema mantido/UNIDADE)	4,00	4,00	1,00	11.604.000,00	11.284.008,00	0,97
Índice médio geral de realização			0,88			0,72

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Demarcação e Cadastramento de Imóveis da União - 4832 (Imóvel cadastrado/UNIDADE)	-	-	-	562.383,00	275.204,00	0,49
(RAP 2007) Desenvolvimento de Processos de Arrecadação e Cobrança - 11GQ (Processo implantado/% de execução física)	-	-	-	259.046,00	257.468,00	0,99
(RAP 2007) Desenvolvimento do Projeto Orla - 0A18 (Estado/município apoiado/UNIDADE)	-	-	-	4.595,00	3.000,00	0,65
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	1.988.065,00	1.638.877,00	0,82
(RAP 2007) Recuperação de Créditos Patrimoniais - 2A37 (Cobrança realizada/UNIDADE)	-	-	-	581.026,00	404.350,00	0,70
(RAP 2007) Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Imóveis da União - 6738 (imóvel regularizado/UNIDADE)	-	-	-	230.790,00	6.253,00	0,03
(RAP 2007) Sistema de Informação para a Gestão do Patrimônio da União - 4078 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	2.664.306,00	1.170.328,00	0,44

(RAP 2007) Transações Imobiliárias da União de Interesse Público - 4852 (Imóvel transacionado/UNIDADE)	-	-	-	606.766,00	315.357,00	0,52
Índice médio geral de realização			-			0,58

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial - %	100,000	31/12/2006	167,510	04/2009	146,290	Alta
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: Fonte: Coordenação-Geral de Receitas Patrimoniais.						

Número de famílias atendidas anualmente em ações de inclusão sócio-territorial - UNIDADE	132.770,000	30/09/2006	29.485,000	04/2009	80,000	Alta
Fonte: Secretaria de Patrimônio da União - SPU						
Medidas corretivas necessárias: Fonte da informação: Coordenação-Geral de Projetos Especiais						

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desafio de gerir o patrimônio imobiliário da União é proporcional à sua diversidade, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade. Em ambas as dimensões, ainda é flagrante a necessidade de revitalização da capacidade do Estado para conhecer e zelar pelos imóveis da União, revertendo um longo processo histórico de perda de controle. Grande parte do patrimônio imobiliário da União é composta de áreas frágeis ou sensíveis, social e ambientalmente, muitas das quais ainda desconhecidas, ocupadas ou utilizadas irregularmente. Como conseqüências negativas, citam-se o agravamento dos níveis de deterioração e depredação do patrimônio público; a perda de arrecadação; o incentivo à ilegalidade do uso etc. O Programa visa, portanto, reverter esse cenário de perda da capacidade institucional de gestão do patrimônio da União, inspirado pelos seguintes fundamentos: garantia da função socioambiental da propriedade; racionalização e eficiência do uso dos imóveis da União; segmentação por vocação do imóvel; destinação do patrimônio para programas e projetos orientados para a consolidação da cidadania etc. Para potencializar a capacidade de resposta ao conjunto de demandas que justificam o Programa é preciso consolidar o modelo de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da União interna e externamente, reforçando os laços federativos e estreitando a relação Estado e sociedade. A institucionalização de espaços e instrumentos de compartilhamento da gestão é o que confere efetividade ao Programa, minimizando os impactos do cenário acima descrito.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

- 1 - Demarcação da Linha do Preamar Medio-LPM do trecho referente ao Projeto Rio Anil-MA, maior investimento do PAC em provisão habitacional e regularização fundiária em área da União.
- 2 - Cessão de 07 imóveis para implementação de ações de regularização fundiária, que beneficiarão aproximadamente 5.164 famílias, nos municípios: Recife/PE, Barras/PI, Rio de Janeiro/RJ, Natal/RN, Santa Maria e Porto Alegre/RS e São Vicente/SP. Dentre esses, destacou-se a cessão à Prefeitura Municipal do RJ do imóvel localizado no Setor 2 da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá/RJ, que beneficiará cerca de 2.300 famílias de baixa renda, com a regularização fundiária de 600 famílias que já moravam no local.
- 3 - Emissão de 11 autorizações de obras (10 delas contam com investimentos do PAC), que beneficiarão aproximadamente 20.406 famílias em áreas federais, que somam 430.758,13 m². Essas autorizações se deram no âmbito de processos de cessão em áreas localizadas nos seguintes assentamentos e municípios: Vila do Muçajá, Macapá/AP; Pirambu, em Fortaleza/CE, Conjunto Nova Canguaretama, Canguareta/RN; Getúlio Vargas II e Santa Tereza, no Rio Grande/RS; Km 3, Santa Maria/RS.
- 4 - Entrega de 8.874 Termos de Autorização de Uso às famílias ribeirinhas nos municípios de Acará, Anajás, Bagre, Barcarena, Cachoeira do Arari, Colares, Currealinho, Limoeiro do Ajuru, Portel e Vigia, no estado do Para e 75 Termos de Autorização de Uso às famílias ribeirinhas no município de Mazagão, no estado do Amapá.
- 5 - Cadastramento de 11.662 famílias para efetivação da regularização fundiária de interesse social em áreas da União ocupadas informalmente por famílias carentes.
- 6 - Declaração 21 áreas de interesse do serviço público por terem sido selecionadas para o FNHIS 2008 – no âmbito do Programa de Apoio à Produção Social da Moradia, com previsão de atendimento a 1.497 famílias.
- 7 - Titulação de 2.588 famílias: desse total, 1.044 títulos foram entregues, com gratuidade do primeiro registro, no Residencial Joaquim Leão, no Município de Maceió/AL, no período de julho a outubro de 2008.
- 8 - Declaração de interesse do serviço público para 08 imóveis objetivando a regularização fundiária de interesse social, atendendo aproximadamente 8.928 famílias nos municípios de Santos/SP, Cubatão/SP, São João do Meriti/RJ, Guarapuava/PR, Monte Horebe/PB, Serra Branca/PB e Ibotirama/BA.
- 9 - Cessão provisória de 23 imóveis com destaque: a) Horto Florestal em Limeira/SP (7,7 milhões de m²), destinado ao INCRA para o programa de reforma agrária (cerca 150 famílias beneficiadas) e recuperação ambiental; b) Edifício Teixeira Soares, em Curitiba/PR (15,7 mil m²), e a estação e pátio da ex-RFFSA, em Campos dos Goytacazes (25,6 mil m²), cedidos, respectivamente, para a Universidade Federal do Paraná-UFPR e a Universidade Federal Fluminense, no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).
- 10 - Transferência de 5 imóveis ao Incra, com área total de 1.387,39 hectares, beneficiando 150 famílias nos municípios de Morrinhos-GO, Pontes de Lacerda-MT, Teresina-PI, Bagé-RS e Nossa Senhora das Dores-SE.
- 11 - acréscimo de 22% na arrecadação patrimonial em relação ao exercício de 2007.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: A lei nº 11.481/2007 incluiu importantes alterações na legislação patrimonial, permitindo a SPU apoiar, direta ou indiretamente, programas habitacionais e de regularização fundiária de interesse social, com foco nas áreas ocupadas por populações tradicionais e de baixa renda. Destas ações, ressalta-se a execução do Projeto Nossa Várzea, implementado a partir de experiência inédita e exitosa no arquipélago do Marajó, no estado do Pará, em parceria com órgãos municipais, estaduais e federais.

Esse novo olhar do Estado para a regularização fundiária em todas as suas dimensões,



exige a qualificação interna, com adequação estrutural, legal e administrativa.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Garantir que o patrimônio da União cumpra sua função sócio-territorial, com princípios de gestão territorial integrada e **GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL:** Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Considerados de forma isolada, os resultados obtidos em cada ação do Programa não chegaram a produzir um padrão uniforme de desempenho. Entretanto, foi possível priorizar a implementação de determinadas ações estratégicas, as quais apresentaram desempenho acima do esperado, tais como: 4852-Destinação de imóveis da União e 6738-Regularização Fundiária em imóveis da União.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: A Lei 11.481/07 trouxe avanços que contribuíram para a simplificação dos procedimentos administrativos e modernização da legislação patrimonial.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Em que pese a inexistência de mecanismos de avaliação estruturada e direta dos impactos gerados pela implementação do Programa - incluindo o grau de satisfação dos beneficiários - a SPU tem acompanhado, principalmente por meio de relatos na mídia, a mudança de percepção de parcela significativa dos principais beneficiários. Em participar, esta alteração está ligada à consolidação de uma imagem institucional positiva, a partir do sucesso de ações de regularização fundiária e de gestão da orla.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: Ações de regularização fundiária, com foco nas comunidades quilombolas.

Gênero: Ações de regularização fundiária urbana e de utilização sustentável de áreas de várzea da Amazônia, em que a titulação é concedida, prioritariamente, à mulher.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Audiência Pública: O resultado das audiências públicas expressam o consenso local quanto a utilização das áreas pertencentes ao patrimônio imobiliário da União. É fundamental ouvir a pretensão da comunidade interessada/beneficiada nas ações governamentais de regularização fundiária e gestão da orla.

Reunião com grupos de interesse: Permite a mobilização e articulação entre a sociedade civil, conselho das cidades, entes federados, etc.

A Portaria nº 80/2008 disciplina a forma de participação da sociedade civil na avaliação e posterior disponibilização dos imóveis da União aos movimentos sociais (associações, cooperativas, e outros), mantendo estreita relação com o Programa Nacional de Habitação de Interesse Social-PNHIS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS: A gestão democrática do patrimônio imobiliário da União envolve grupos de trabalho e comitês gestores na busca de solução conjunta para as questões específicas.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Adequar a destinação e a redução de conflitos relacionados a regularização fundiária.

Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União

GERENTE DO PROGRAMA

Afonso Oliveira de Almeida

OBJETIVO

Gerir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal, demais esferas de Governo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$63.037.446,00	Empenhado Liquidado: R\$26.723.064,00
	Paço Estatais: -
	Total: R\$26.723.064,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Avaliação de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos - 2A39 (avaliação realizada/UNIDADE)	22,00	0,00	0,00	1.250.000,00	190.776,00	0,15
Contribuição à Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP - 0347 (-/-)	0,00	0,00	-	1.320.000,00	1.320.000,00	1,00
Desenvolvimento do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do SISPAAC - 110K (-/-)	5,00	5,00	1,00	2.415.358,00	500.000,00	0,21
Desenvolvimento do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do SISPAAC - 110K (sistema desenvolvido/% de execução física)	5,00	5,00	1,00	2.415.358,00	500.000,00	0,21
Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual - PROGER - 1593 (ESTUDO REALIZADO/% de execução física)	100,00	0,00	0,00	850.000,00	34.650,00	0,04
Estudos de Apoio ao Planejamento - 8864 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	5,00	0,00	0,00	1.100.000,00	933.221,00	0,85

Relatório Anual de Avaliação

Formação Continuada dos Servidores do Processo Orçamentário - 8862 (SERVIDOR FORMADO/UNIDADE)	274,00	262,00	0,96	479.700,00	261.825,00	0,55
Gestão da Tecnologia e da Informação Orçamentária - 8863 (SISTEMA GERIDO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	19.370.700,00	17.438.177,00	0,90
Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário - 8861 (Iniciativa apoiada/UNIDADE)	14,00	16,00	1,14	534.000,00	483.842,00	0,91
Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - 8785 (-/-)	0,00	0,00	-	3.850.000,00	2.959.415,00	0,77
Implantação do Cadastro Geral de Obras Públicas da União - 10ZY (cadastro implantado/% de execução física)	100,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00
Modernização de Instrumentos e Sistemas de Gestão da Administração Pública Federal - 11W0 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	6,00	0,00	0,00	27.146.323,00	0,00	0,00
Modernização e Assistência Técnica do Orçamento e do Planejamento Federal - PROMAT SOF/SPI - 10S1 (PROJETO DESENVOLVIDO/% de execução física)	20,00	1,00	0,05	169.400,00	0,00	0,00
Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual - 4505 (Plano Revisado/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	2.251.965,00	801.158,00	0,36
Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN - 4254 (sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	1.800.000,00	1.800.000,00	1,00
Índice médio geral de realização			0,40			0,46

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Avaliação Específica de Programas e de Projetos de Grande Vulto - 2A39 (avaliação realizada/UNIDADE)	-	-	-	62.093,00	62.093,00	1,00
(RAP 2007) Coordenação do Processo Orçamentário - 4090 (orçamento elaborado/UNIDADE)	-	-	-	860.285,00	595.587,00	0,69

(RAP 2007) Desenvolvimento do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do SISPAC - 110K (-/-)	-	-	-	1.084.642,00	170.254,00	0,16
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	330.608,00	223.983,00	0,68
(RAP 2007) Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - 8785 (-/-)	-	-	-	300.000,00	292.591,00	0,98
(RAP 2007) Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual - 4505 (Plano Revisado/UNIDADE)	-	-	-	242.270,00	210.180,00	0,87
(RAP 2007) Planejamento e Gestão Territorial - 4833 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	785.455,00	785.455,00	1,00
(RAP 2007) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN - 4254 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	499.823,00	499.822,00	1,00
(RAP 2007) Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR - 4557 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	4.617.977,00	4.306.274,00	0,93
Índice médio geral de realização			-			0,81

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

A melhoria da qualidade do gasto público impõe-se como desafio a ser enfrentado pelo Governo de modo a criar as condições necessárias para que o Estado cumpra suas funções com menor dispêndio de recursos e, ao mesmo tempo, melhore a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A gestão integrada do plano e do orçamento incorpora a priorização das atividades estratégicas e o uso intensivo do gerenciamento, permitindo a convergência da aplicação de recursos às Orientações Estratégicas do Governo

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Oficinas de modelo lógico. No Exercício de 2008 foram realizadas 38 oficinas (23 oficinas no primeiro semestre e 15 oficinas no segundo semestre) relativas a programas de 17 Ministérios, com a participação de 434 pessoas. O processo de Modelo Lógico tem contribuído para aperfeiçoar a ação pública na busca de resultados compatíveis com as demandas da sociedade ao aprofundar a análise da ação pública, verificando a relevância da continuidade dos programas; o alcance efetivo dos objetivos dos programas; e, a eficiência e o custo-benefício da efetividade dos programas, comparando alternativas.

2 - Estudo da Dimensão Territorial do PPA. O Estudo teve por objetivo introduzir na administração federal uma abordagem inovadora de planejamento em que o território é visto como unidade de programação e articulação da ação governamental. Em 2008, os esforços estiveram concentrados na publicação do estudo e na sua divulgação. No âmbito da publicação, foram editorados sete volumes organizados em um estojo único, sendo o primeiro, um sumário executivo destacando os principais pontos retratados no estudo e os demais volumes, um compilado dos resultados do trabalho desenvolvido em cada um dos módulos em que o estudo foi organizado.

A SPI realizou entre os dias 11 e 13 de novembro de 2008 o Seminário Internacional de Planejamento Territorial no Brasil, que contou com a presença do Presidente da República em Exercício, José Alencar Gomes da Silva, para o lançamento oficial da publicação do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento.

O Seminário foi organizado em sete painéis. Em cinco deles, as temáticas refletiam os módulos do Estudo. Dois trataram de políticas públicas: o painel 3, sobre “Os Territórios da Cidadania”, e o painel 7, sobre as obras de infra-estrutura de transportes no PAC e seus impactos para a integração sul-americana. As palestras foram realizadas por pesquisadores brasileiros diretamente ligados à produção do Estudo, realizado pela SPI, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia; por especialistas internacionais, como o professor Geoffrey Hewings, da Universidade de Illinois, dos Estados Unidos, o professor Mark Horridge, da Universidade Monash, da Austrália, e Juan Carlos Ramirez, Diretor do ILPES/CEPAL; por autoridades do Governo Federal; e por representantes da IIRSA.

Em parceria com o IBGE, foram confeccionados 1000 exemplares do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, que é composto por um Box contendo sete volumes configurados da seguinte maneira: Volume I: Sumário Executivo; Volume II: Visão Estratégica Nacional; Volume III: Regiões de Referência; Volume IV: Estudos Prospectivos – Escolhas Estratégicas; Volume V: Carteira de Investimentos; Volume VI: Impactos Econômicos da Carteira de Investimentos; e Volume VII: Avaliação de Sustentabilidade da Carteira de Investimentos.

3 - O monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. No período avaliado, a SPI/MP recebeu para análise e processamento 2.611 cadastros de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, dos quais 2.571 foram validados e 34 foram devolvidos, restando 6 cadastros pendentes de validação. Esse procedimento habilita o empreendimento do PAC a solicitar no SISPAC a autorização de empenho para sua execução. A SPI implantou no mês de fevereiro de 2008 o módulo de Autorização de Empenho e no mês de abril o módulo de Cadastro dos Empreendimentos. Além disso, em abril de 2008, o sistema provisório de acompanhamento do PAC, específico de Cadastro de Empreendimentos, foi desativado, tendo em vista a implantação em produção do módulo de Cadastro dos Empreendimentos. Estão em desenvolvimento, além de manutenções evolutivas nesses dois módulos, a implantação do módulo de Monitoramento, em parceria com a Casa Civil, que visa a produzir Relatórios de Monitoramento. Para que este sistema chegasse ao estágio atual de andamento, foram despendidos esforços da área de TI no ano de 2008, sobretudo em reuniões de gerenciamento do projeto, levantamento de requisitos e homologações.

Diversos relatórios reutilizáveis de monitoramento, construídos em 2007 e disponibilizados em infra-estrutura própria da SPI, sofreram manutenções corretivas e evolutivas durante o ano de 2008. Foram ainda construídas diversas consultas ad hoc às bases de dados do Sigplan e do Sispac com a finalidade de atender demandas pontuais e específicas das áreas de negócio desta secretaria.

4 - Cursos de capacitação em Análise de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos Públicos. Realização de curso em parceria com o ILPES/CEPAL, com objetivo de aprimoramento do conhecimento dos profissionais que trabalham com avaliação ex-ante de grandes projetos públicos de transportes, visando aprimorar a ação de governo, na busca pela qualidade do gasto, aperfeiçoando o processo decisório, incrementando a eficiência do investimento e evitando a dispersão e o desperdício dos recursos públicos.

5 - Estudo de Avaliação da Malha Rodoviária Federal. O Diagnóstico da Malha Rodoviária Federal consistiu no levantamento dos elementos suficientes para definir uma estratégia de financiamento da manutenção da malha rodoviária federal, considerando as principais fontes de recursos públicos e privados: concessão, parceria público-privada (PPP), contrato de manutenção por desempenho, execução direta pelo poder público. O Estabelecimento de Prioridades de Intervenção consistiu em obter o indicador B/C de cada empreendimento, onde B representa os benefícios de se efetuarem as intervenções de manutenção (redução do custo operacional de veículos e do tempo de viagem) e C representa os correspondentes custos de manutenção. Os cem empreendimentos com maior relação B/C foram considerados prioritários em termos de investimento em manutenção. Os Estudos de Pré-Viabilidade enfocaram os 100 (cem) empreendimentos prioritários, os quais foram submetidos à avaliação econômica e à avaliação financeira de concessão e PPP. Por fim, foi desenvolvido um Banco de Dados em Access, com o objetivo de reunir os dados básicos utilizados no Estudo, bem como as consultas e relatórios elaborados com base nestes dados.

6 - Avaliação de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos. No período compreendido entre março e agosto de 2008 foram recebidos pela SPI/MP 14 (quatorze) estudos de viabilidade de projetos de grande vulto, dos quais 11 (onze) foram analisados e tiveram pareceres concluídos para a manifestação da CMA no prazo de 60 dias. Sendo assim, a meta de desempenho institucional referente à avaliação de viabilidade técnica e socioeconômica de projetos de grande vulto alcançaram 79% - 1% abaixo da meta prevista de 80%. Dos projetos recebidos, seis foram do Ministério da Defesa, cinco do Ministério dos Transportes e três do Ministério da Integração Nacional.

7 - Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana (IIRSA). No âmbito da Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, que envolve os doze países da América do Sul, e cuja coordenação nacional é exercida pela SPI na condição de Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial da IIRSA, foram realizadas várias reuniões dos Grupos de Trabalho, de onde podemos destacar a do Grupo Técnico Executivo dos eixos da Hidrovia Paraguai – Paraná, de Capricórnio e do Mercosul – Chile, em junho de 2008, em Assunção / Paraguai, e a do Projeto de Acordo de Roaming Sul – Americano, em Novembro, em Bogotá. Podemos destacar ainda a Oficina de Casos Exitosos em Novembro, em Bogotá, sendo essa uma iniciativa de disseminação de alguns projetos que deram certo nos países da Região e que poderiam servir como modelo para as demais nações. Nessa Oficina, foram apresentados os seguintes projetos brasileiros: Plano Nacional da Logística de Transportes – PNL; Programa de Concessão de Rodovias; CENSIPAM; e Exportações por Envios Postais de Pequenas e Médias Empresas. Além disso, foi realizado o Fórum de Liderança de Infra-Estrutura da América do Sul, que tinha como um de seus objetivos a apresentação de projetos visando à captação de recursos para os respectivos empreendimentos, realizado em Cartagena / Colômbia, em dezembro deste ano. Ocorreram ainda 2 reuniões de Coordenadores Nacionais, em Junho em Buenos Aires e Novembro em Bogotá, além da Reunião do Comitê de Direção Executiva, em Dezembro, em Cartagena. Essas três últimas reuniões tiveram como ponto principal analisar o futuro da IIRSA, tendo em vista a criação da União das Nações Sul – Americanas - UNASUL, sendo feita uma Avaliação da própria IIRSA e de sua relação com a UNASUL. Ademais, foi concedida especial atenção ao gerenciamento estratégico dos 31 projetos integrantes da Agenda de Implementação Consensuada – AIC, sendo que o Governo brasileiro considera que um dos objetivos da IIRSA até 2010 deve ser envidar esforços visando à conclusão de tais projetos.

8 - Divulgação do Relatório Anual de Avaliação de Programas. Foram divulgados os resultados das avaliações de todos os programas finalísticos do Governo Federal (ano base 2007). O Relatório propicia aspectos que vão além da transparência das ações de Governo na medida em que garantem maior visibilidade dos resultados dos Programas para a Sociedade.

9 - XXXV Seminário Internacional de Orçamento Público - SIOP, idealizado pela Asociación Internacional de Presupuesto Público - ASIP, e que recebeu 1.157 inscrições entre estrangeiros e brasileiros.

10 - Formação Continuada dos Servidores do Processo Orçamentário

Visando melhorar a eficiência e a eficácia das atividades desenvolvidas pelos servidores que integram o Sistema de Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios, foram implementadas as seguintes ações:

Em parceria com a ENAP, foi iniciado o I Curso de Especialização em Gestão Pública para Servidores que atuam na Área do Processo Orçamentário, com a finalidade de proporcionar aprimoramento técnico com a atualização em temas e ferramentas da área da Gestão Pública. O curso tem término previsto para 2010, duração de 440 horas, e participação de servidores

da SOF, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI e do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST.

Onze servidores participaram do curso de Estatística realizado em parceria com a ESAF. A finalidade do curso é melhorar o desempenho nas atividades voltadas ao orçamento público daqueles servidores que lidam com análise de dados estatísticos.

Preparação de curso de Mestrado em Orçamento Público, em parceria com a ESAF e UnB

11 - II Prêmio SOF de Monografias em 02/07/08, focando os temas “Qualidade do Gasto Público” e “Novas Abordagens do Orçamento Público”.

12 - Educação Fiscal (PNEF): (i) participação no "I Encontro de Educação Fiscal das Escolas do Distrito Federal - Orçamento do Cidadão", com o lançamento oficial da Cartilha "Sofinha e sua Turma", criada para disponibilizar informações sobre o orçamento público em linguagem acessível ao público em geral. Participaram do lançamento aproximadamente 600 alunos de 17 escolas do DF; (ii) participação de técnicos da SOF nas reuniões do Grupo de Educação Fiscal em Goiânia (40a reunião) e em Porto Velho (41a); (iii) reformulação de conteúdo do Caderno 4: Gestão Democrática e Controle Social dos Recursos Públicos, do Programa de Educação Fiscal; e (iv) recepção da delegação do Peru, com o objetivo de intercâmbio em educação fiscal entre os dois países.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: De forma a propiciar o atendimento do objetivo do Programa, o Governo priorizou na elaboração do PPA e na execução do orçamento os projetos prioritários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da Agenda Social e do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE). Em 2008, considerando-se apenas os valores autorizados para o PAC, envolveu-se cerca de 16 bilhões de reais. Além disso, o Governo tem efetivado esforços na conclusão de projetos dentro do período do Plano, com o intuito de promover uma melhoria na qualidade do gasto público.

No ano de 2008, manteve-se ainda a prática de publicação do Relatório Anual de Avaliação na Internet. Além de indicar os recursos gastos em cada ação, o Relatório Anual apresenta os resultados das ações de Governo, oferecendo maior visibilidade dos Programas para a Sociedade.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: A integração do Planejamento com o Orçamento e a Gestão tem sido um objeto de busca constante pelo Ministério do Planejamento. Todavia, a participação social no ciclo do PPA ainda se constitui em um desafio a ser alcançado pelos órgãos do Governo Federal. Ainda que sejam necessários avanços, observa-se a existência de diversos mecanismos de participação que têm gerado subsídios para a melhoria do planejamento, tais como ouvidorias, audiências e consultas públicas, reuniões com grupos de interesse, discussão em conselho setorial etc. Em levantamentos anteriores, percebe-se que cerca de 80% dos programas apresentam algum mecanismo de participação, conforme informação dos Gerentes de Programas.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: O programa avalia a satisfação dos órgãos do Poder Executivo Federal no que se refere a Avaliação Anual do PPA. Os agentes responsáveis pela avaliação forneceram uma média de 8 pontos (escala da zero a dez) para o processo de avaliação, conforme relatório divulgado em 2008, relativo ao ano de 2007.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: O Ministério Planejamento disponibiliza no SIGPlan um roteiro específico de avaliação de processo para todos os responsáveis pela avaliação dos programas e setorial.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Reunião com grupos de interesse: a SPI indica representantes para inúmeros Conselhos e Colegiados do Governo Federal, vinculados a diversas pastas ministeriais. Assume papel de destaque também em várias Comissões, Grupos de Trabalho e Iniciativas, dentre as quais gostaríamos de mencionar:

a) a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX: SPI se manifesta sobre a Recomendação (aprovando ou não) à preparação de Projetos visando a contratação de empréstimos externos junto a Organismos Financeiros Internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, etc) apresentados por Órgãos e Entidades dos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

b) a Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR: tal Comissão, composta por representantes de diversos Órgãos do Governo Federal tem, dentre outras, a atribuição de coordenar e executar a política cartográfica nacional, sendo que a SPI ocupa a presidência de tal Comissão;

c) o Fundo de Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (FOCEM): conforme previsto nos Artigos 17 e 18 de seu Regulamento (Decreto nº 5.985, de 13 de Dezembro de 2006), a SPI, na condição de Unidade Técnica Nacional (UTNF/Brasil) do FOCEM, tem a função de coordenar, internamente, os aspectos relacionados com a formulação, apresentação, avaliação e execução dos projetos financiados por este fundo; e

d) a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul – IIRSA: a SPI atua como a Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial da IIRSA no Brasil (Decreto s/ nº, de 17 de setembro de 2001), acompanhando as atividades dos demais ministérios brasileiros nessa Iniciativa, bem como o andamento da carteira de projetos de infraestrutura definida para a IIRSA.

Cabe ainda ressaltar o papel executado pela SPI no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O PAC é coordenado pelo Comitê Gestor do PAC (CGPAC), composto pelos ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento. Há também o Grupo Executivo do PAC (GEPAC), integrado pela Subchefia de Articulação e Monitoramento - SAM (Casa Civil), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI e Secretaria de Orçamento Federal - SOF (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Secretaria do Tesouro Nacional - STN (Ministério da Fazenda), além das salas de situação que reúnem os órgãos setoriais envolvidos com a execução dos empreendimentos.

A participação da SPI na gestão do PAC compreende sua atuação no GEPAC, que consolida as ações, estabelece metas e acompanha os resultados de implementação e execução do PAC nas salas de situação, onde são feitos o acompanhamento da implementação detalhada dos empreendimentos. No exercício de 2008, a atuação da SPI concentrou-se no processamento dos cadastros dos empreendimentos, no desenvolvimento do SisPAC e na consolidação de dados de execução orçamentário-financeiros das ações do PAC presentes nos orçamentos fiscal e da seguridade social. A SPI também elabora um Boletim interno de monitoramento do PAC.

Nesse sentido, além do PAC, a SPI vem concentrando esforços no acompanhamento das questões estratégicas para o planejamento do Governo Federal. Iniciado em 2008, está em curso a produção de boletim de monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, uma das três agenda principais do Governo, ao lado do PAC e da Agenda Social. Além disso, a avaliação do PPA 2004 – 2007, elaborada também em 2008, enfatizou o nível estratégico do PPA, avaliando a estratégia de desenvolvimento baseada no “Consumo de Massa” da população.

Informamos ainda que, no exercício de 2008, com a publicação do “Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento”, a SPI atribuiu grande importância à questão do Planejamento Territorial nas políticas públicas. E a tendência é de que tal importância cresça cada vez mais, uma vez que considerar a diversidade territorial no processo de elaboração e execução das políticas públicas é um dos grandes desafios que estão postos para a Secretaria.

Discussão em Conselho Setorial: Em nível federativo participa de discussões no âmbito do Conselho de secretários de planejamento - Conseplan e Conselho de secretários de administração.

Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) do PPA 2008-2011, integrada por representantes do MP e de outros Órgãos do Poder Executivo. Ainda no âmbito da CMA, a SPI integra a Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação e a Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto, sendo que nesta última coordena o processo de avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental dos projetos de grande vulto do Governo Federal.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: As atividades desempenhas pela CMA no âmbito do Sistema de Monitoramento e Avaliação têm gerado subsídios para melhoria da gestão e do gasto público.

Governo Eletrônico

GERENTE DO PROGRAMA

Rogério Santana dos Santos

OBJETIVO

Coordenar, normalizar e racionalizar recursos de informação e informática, assegurando aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal um suporte adequado na área de tecnologia da informação e comunicação

PÚBLICO-ALVO

Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$9.034.548,00	Empenhado Liquidado: R\$3.315.500,00
	Paço Estatais: -
	Total: R\$3.315.500,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Coordenação do Processo de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos - 4838 (Modelo proposto/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	1.000.000,00	306.939,00	0,31
Expansão da Rede de Comunicação do Governo Federal - INFOVIA - 10GT (Infovia expandida/% de execução física)	25,00	15,00	0,60	3.000.000,00	626.356,00	0,21
Gestão do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática - SISP - 8516 (SISTEMA GERIDO/UNIDADE)	1,00	12,00	12,00	1.000.000,00	484.879,00	0,48
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	644.548,00	256.169,00	0,40
Integração dos Sistemas Informatizados do Governo Federal - 8448 (Estrutura de integração disponibilizada/UNIDADE)	1,00	12,00	12,00	2.520.000,00	1.400.257,00	0,56
Promoção da Segurança da Informação na Administração Pública - 8520 (Prática de segurança promovida/UNIDADE)	1,00	12,00	12,00	550.000,00	204.000,00	0,37

Relatório Anual de Avaliação

Prospecção de Tecnologias Computacionais - 2C57 (Processo tecnológico prospectado/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	320.000,00	36.900,00	0,12
Índice médio geral de realização			6,43			0,35

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Gestão do Portal Corporativo do Governo Federal - 4500 (Portal mantido/UNIDADE)	-	-	-	35.493,00	21.636,00	0,61
(RAP 2007) Implantação de Infra-Estrutura Integrada de Comunicações - Infovia Brasil - 3543 (Infovia implantada/% de execução física)	-	-	-	1.091.305,00	822.942,00	0,75
(RAP 2007) Integração dos Sistemas Informatizados do Governo Federal - 3549 (Estrutura de integração implantada/% de execução física)	-	-	-	464.121,00	351.343,00	0,76
(RAP 2007) Operação do Sistema de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico - 2184 (Terminal em operação/UNIDADE)	-	-	-	1.000.000,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Sistema de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos - 4838 (serviços ofertados/UNIDADE)	-	-	-	162.047,00	161.954,00	1,00
Índice médio geral de realização			-			0,62

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		

Fonte:

Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal necessitam de um provimento adequado de recursos de tecnologia da informação e comunicação, para dar suporte às atividades que executam. Neste sentido, por meio do Decreto nº 1.048, de 21 de janeiro de 1994, foram organizados, sob a forma de Sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de informação e informática dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. É missão institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), por intermédio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), a coordenação central deste Sistema e a condução estratégica das atividades de governo eletrônico.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Ampliação da Infovia Brasília com a integração de mais 16 novos prédios do Governo Federal a essa rede contribuiu de forma ímpar para o alcance do objetivo do programa. A evolução dessa estrada digital avançou na implementação da segunda fase dos serviços de voz propiciando a entrega conjunta do tráfego telefônico dos órgãos às operadoras. Assim, um pregão eletrônico contratou serviços para 18 ministérios o que gerou uma economia anual de aproximadamente R\$ 10,5 milhões de serviços de telefonia.

Também em 2008 foram encaminhados estudos visando a contratação dos equipamentos e serviços para a implantação dos primeiros segmentos da Infovia Brasil.

Outra importante iniciativa do programa naquele ano foi revisão do marco normativo para contratação dos serviços de tecnologia da informação. Entre os desdobramentos gerados por essa normativa figuram a elaboração da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), publicada por meio da Portaria SLTI/MP nº 11, de 30 de dezembro de 2008; a elaboração de um Modelo de Referência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação, também publicado por meio da Portaria nº 11, de 2008; a criação da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP), por meio da Medida Provisória nº 441; a criação da carreira de Analista em Tecnologia da Informação como um novo cargo do PGPE, também por meio da MP nº 441, de 2008; e a elaboração de um Programa de Capacitação voltado aos servidores em exercício nas áreas de TI dos órgãos do SISP, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

Vale também destacar a elaboração dos primeiros documentos dos Padrões Brasil e-Gov (o guia de codificação e o guia de administração de portais) visando elevar a qualidade de uso, desenho, arquitetura de informação e navegação, e o fluxo de criação, desenvolvimento e manutenção dos portais públicos. Ainda, no que tange a padrões a Arquitetura de Interoperabilidade de Governo eletrônico e-Ping teve uma nova versão publicada em dezembro.

Por fim, cabe destacar um conjunto de ações de segurança da informação de acordo com o estabelecido nos Decretos nº 3.505/2000 e 4.553/2002.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: De forma geral os objetivos do programa foram atingidos.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Promover a gestão dos recursos de informação e informática, democratizando o acesso às informações e tecnologias, de **GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL:** Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Compreende-se que a ampliação da infraestrutura da Infovia, a elaboração do novo marco normativo para contratação de serviços de TI com a Instrução Normativa nº 04, as versões dos padrões Brasil e-Gov e e-Ping e um conjunto de outras ações de menor envergadura, algumas das quais detalhas na questão anterior, contribuíram significativamente para uma melhor gestão dos recursos de informação e informática da Administração Pública Federal

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O ano de 2008 foi marcante para o Sistema de Recursos de Informação e Informática (SISP) coordenado pela SLTI que graças a Instrução Normativa nº 4 teve uma grande interação entre Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, seu público-alvo. Foram realizadas diversas reuniões entre os gestores de informática dos órgãos da APF e os técnicos da secretaria visando fortalecer, aprimorar e qualificar este sistema normativo.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Entre as dificuldades valem apontar a limitação de recursos humanos e técnicos. Todavia, se pretende para os próximos anos avançar de forma mais sistêmica na mensuração da satisfação dos órgãos com o programa.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: O modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-mag) foi criado com a finalidade de que este segmento populacional tenha acesso aos conteúdos disponibilizados em sites e portais públicos. Em 2008 o programa iniciou as tratativas para disponibilização no portal do Software público da ferramenta ASES - Avaliados e simulador de sites. Se ressalte que esta ferramenta apresenta um conjunto de funcionalidades dentre as quais a de apontar erros de acessibilidade o que permitirá aos órgãos da Administração melhorar a qualidade da informação de domínio público.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: Os portais administrados no âmbito do programa possuem mecanismos de interação por meio de "Fale conosco".

Audiência Pública: A arquitetura de Interoperabilidade e-Ping e a Instrução Normativa nº 04 foram submetidas nesse ano a audiência pública a fim de serem aprimoradas.

Consulta Pública: A SLTI desde 2004 vem buscando se aproximar dos órgãos da APF e da sociedade em geral disponibilizando documentos por meio do ambiente do portal governo eletrônico (<http://www.governoeletronico.gov.br>). Em 2008 as consultas realizadas nesse espaço foram: da Instrução Normativa sobre a Contratação de Serviços de Tecnologia da Informação; do Projeto LexML Brasil; das Especificações do Sistema DWDM; da versão 3.9 dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico ― e-PING; e, das especificações Padrão de Estações de Trabalho e Notebook. Essa parte do portal teve mais de 24 mil visitas únicas naquele período.

Reunião com grupos de interesse: Houve nesse ano diversas reuniões dos comitês técnicos do comitê executivo de governo eletrônico bem como, de coordenação da e-Ping, da e_mag e do próprio SISP.

Discussão em Conselho Setorial: No âmbito do programa também ocorrem discussões em grupos de trabalho e comitês.

Alguns dos portais geridos pela SLTI apresentam também, a funcionalidade de fórum.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Figuram entre as contribuições dessa participação o aprimoramento de normativas e de especificações técnicas submetidas a consulta aberta.

Relatório Anual de Avaliação

Inclusão Digital

GERENTE DO PROGRAMA

Rogério Santana dos Santos

OBJETIVO

Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico

PÚBLICO-ALVO

Comunidades e segmentos cuja situação imponha dificuldade de participação na Sociedade do Conhecimento

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$194.504.602,00	Empenhado Liquidado: R\$163.290.238,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$163.290.238,00
Previsto não orçamentário R\$1.100.000,00	Realizado não orçamentário R\$661.997,00

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Multiplicadores - 6867 (AGENTE CAPACITADO/UNIDADE)	13.000,00	0,00	0,00	7.010.000,00	0,00	0,00
Estação Digital - 909P (COMUNIDADE ATENDIDA/UNIDADE)	35,00	20,00	0,57	0,00	0,00	-
Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - 6492 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1.080,00	846,00	0,78	132.601.478,00	120.687.159,00	0,91
Fomento à Inclusão Digital - 900H (-/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	1.308.192,00	256.386,00	0,20
Implantação de Centro para Recondicionamento de Computadores - 12BI (CENTRO IMPLANTADO/UNIDADE)	1,00	2,00	2,00	300.000,00	300.000,00	1,00
Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos - 11T7 (Telecentro implantado/UNIDADE)	4,00	0,00	0,00	108.000,00	0,00	0,00

Manutenção de Centro de Recondicionamento de Computadores - 8532 (centro mantido/UNIDADE)	3,00	3,00	1,00	900.000,00	900.000,00	1,00
Observatório Nacional de Inclusão Digital - 6272 (PROJETO MONITORADO/UNIDADE)	2.000,00	2.000,00	1,00	300.000,00	300.000,00	1,00
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga - 2184 (Ponto de presença disponibilizado/UNIDADE)	9.906,00	3.573,00	0,36	51.976.932,00	40.846.693,00	0,79
Rede de Telecentros Comunitários - 909J (Telecentro assistido/UNIDADE)	2.000,00	2.037,00	1,02	1.100.000,00	661.997,00	0,60
Índice médio geral de realização			0,75			0,61

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio a Projetos de Inclusão Digital - 5E73 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	2.000.000,00	2.000.000,00	1,00
(RAP 2007) Assistência Técnica para Implantação e Manutenção de Telecentros - 4919 (Telecentro assistido/UNIDADE)	-	-	-	619,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Avaliação e Fomento à Elaboração e à Implementação de Projetos de Inclusão Digital - 6272 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	162.000,00	162.000,00	1,00
(RAP 2007) Espaços Comunitários de Inclusão Digital - Casa Brasil - 1E13 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	2.015.820,00	2.015.820,00	1,00
(RAP 2007) Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - 6492 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	29.270.276,00	14.117.225,00	0,48
(RAP 2007) Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - 6492 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	29.270.276,00	14.117.225,00	0,48

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2007) Implantação da Rede para Recondicionamento de Computadores - 12BI (Centro de recondicionamento implantado /UNIDADE)	-	-	-	599.400,00	599.400,00	1,00
(RAP 2007) Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos - 11T7 (-/-)	-	-	-	133.359.887,00	132.694.048,00	1,00
(RAP 2007) Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos - 11T7 (TERMINAL IMPLANTADO/UNIDADE)	-	-	-	133.359.887,00	132.694.048,00	1,00
Índice médio geral de realização			-			0,77

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de acesso individual à internet nos últimos 3 meses - %	27,820	07/01/2006	34,000	11/2008	48,900	Média
Fonte: Pesquisa TIC Domicílios e Usuários/ Conselho Gestor da Internet Brasil - CGI.Br						
Medidas corretivas necessárias: Não há. Levar em consideração o comentário abaixo, referente à metodologia de apuração do indicador.						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cada vez mais no país a estratificação social e o acúmulo de riqueza dão-se em função da capacidade de acessar e processar conhecimento. A inserção brasileira na sociedade do conhecimento não ocorre de forma linear nem igualitária. Princípios fundamentais como justiça social, igualdade de oportunidades e a própria democracia passam a ser influenciados pelo acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação. Afinal estas são o principal meio de adquirir, interpretar, expressar, produzir e organizar o conhecimento, colocando-o a serviço de interesses e necessidades. Por isso este tema é central para o desenvolvimento do país e da sociedade. O acesso cotidiano às redes, equipamentos e o domínio das habilidades relacionadas às tecnologias de informação e comunicação é requisito indispensável à integração social, atividade econômica e fortalecimento da cidadania. A atuação dos governos em parceria com a sociedade na promoção da inclusão digital é componente que se insere no esforço nacional em direção à inclusão social, à garantia dos direitos de cidadania e ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico. Apesar do dinamismo alcançado pela disseminação das tecnologias de informação e comunicação no país, o número de usuários de Internet no Brasil é estimado em cerca de 32 milhões de pessoas, ainda bastante concentrado nos segmentos de alta renda. Dessa forma, a exclusão digital se combina com a herança persistente da desigualdade sócio-econômica, exigindo ações integradas de amplo alcance voltadas para a cidadania.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - 1. Telecentros Comunitários - Toda a rede de telecentros, no total 2.037 espaços de inclusão digital, registraram os seguintes resultados às comunidades carentes: 125.233 pessoas treinadas em manutenção de equipamentos e um registro diário de 62.068 acessos à rede digital.

2 - 2. Projeto Computadores para Inclusão – Os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) ao longo de 2008, recuperaram 12.984 computadores usados, além de monitores de vídeo, impressoras, periféricos, partes e peças em desuso, os quais foram doados a 479 escolas públicas, bibliotecas, telecentros e outros projetos de inclusão digital de todo o país. Estes computadores foram recuperados por jovens em formação profissionalizante pelos CRC.

3 - . 7ª Oficina para Inclusão Digital - Evento anual de discussão da política pública da temática: A edição de 2008 contou com 3.514 inscritos; 2.318 participantes credenciados; 67 palestrantes, moderadores, debatedores e oficineiros; e 31 profissionais de imprensa cadastrados. O público superou os 2.400 presentes em Salvador na edição de 2007, e 1.300 em Porto Alegre, em 2006. A Carta de Belém, elaborada pelos representantes da sociedade civil, trouxe um balanço da política pública de inclusão digital, além de propostas e reivindicações. Veículos da imprensa especializada, portais de notícias e sites governamentais noticiaram o evento, totalizando mais de 1.000 registros sobre a 7ª Oficina na Internet.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Os resultados acima relatados referem-se às ações coordenadas pelo Ministério do Planejamento. As metas das três ações orçamentárias foram cumpridas, com um Centro de Recondicionamento a mais conveniado em relação ao previsto para 2008. Os resultados da 7ª Oficina foram superiores aos dos anos anteriores.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Promover a gestão dos recursos de informação e informática, democratizando o acesso às informações e tecnologias, de **GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL:** Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Os resultados obtidos são importantes para a construção de uma política de inclusão digital melhor estruturada e de caráter mais permanente. Ainda estamos, contudo, distantes do uso efetivo das tecnologias da informação e da comunicação (incluindo informação e informática) por parte de todos os cidadãos brasileiros.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: As ações superaram a expectativa de público atendido em relação a número de jovens formados pelo Projeto Computadores para Inclusão, e a número de participantes da 7ª Oficina para Inclusão Digital.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Muito Satisfeito

JUSTIFICATIVA: O retorno de beneficiários diretos foi bastante positivo (ver abaixo)

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: No que se refere à 7ª Oficina para Inclusão Digital, foram distribuídos questionários, com retorno de aproximadamente 10% do público total. O evento foi avaliado como ótimo por 46% dos respondentes, bom por 45,2%, regular por 8,4% e ruim por 0,42%. As sugestões e críticas estão sendo consideradas na organização da 8ª edição do evento. Em relação aos jovens formados pelo Projeto Computadores para Inclusão, as avaliações são realizadas pelas instituições responsáveis pelos Centros de Recondicionamento de Computadores, que aplicam mecanismos distintos de avaliação.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Criança e Juventude: Os Centros de Recondicionamento do projeto Computadores para Inclusão possuem como uma de suas metas a formação de adolescentes e jovens. Os CRCs formaram 651 jovens em 2008. Além disso, os telecentros e escolas apoiados com computadores recondicionados, e os espaços monitorados pelo ONID têm como público principal crianças, adolescentes e jovens.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Reunião com grupos de interesse: No que se refere às ações do Ministério do Planejamento, o projeto Computadores para Inclusão constituiu e reuniu quatro vezes em 2008 a sua Coordenação Nacional, formada por representantes dos órgãos públicos envolvidos e representantes dos Centros de Recondicionamento de Computadores. Em relação à política pública para telecentros, foram realizadas duas reuniões com representantes da sociedade civil organizada atuante no tema.

A Oficina para Inclusão Digital, realizada anualmente desde 2003, tem como principal objetivo a discussão da política pública com representantes de organizações não-governamentais, movimentos, entidades e participantes de programas de inclusão digital.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: As principais contribuições foram: i) o levantamento de demandas prioritárias e a equalização de diretrizes entre os responsáveis pelo programa e a sociedade, sintetizadas na Carta de Belém, documento produzido pelos representantes da sociedade civil organizada presentes na 7ª Oficina para Inclusão Digital; e ii) sugestões que subsidiaram o planejamento estratégico do grupo operacional montado pela Presidência da República para o apoio nacional a telecentros.

Informações Estatísticas e Geocientíficas

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Pereira Nunes

OBJETIVO

Elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$859.985.975,00	Empenhado Liquidado: R\$848.487.703,00
	Paço Estatais: -
	Total: R\$848.487.703,00
Previsto não orçamentário R\$3.440.000,00	Realizado não orçamentário R\$680.392,26

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	28.316,00	20.249,00	0,72	14.271.494,00	13.432.985,00	0,94
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	578,00	469,00	0,81	519.862,00	519.614,00	1,00
Atualização Contínua da Base Territorial - 200J (Componente da base atualizado/UNIDADE)	14.000,00	14.000,00	1,00	1.712.640,00	1.487.904,00	0,87
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	10.357,00	9.233,00	0,89	16.251.358,00	16.056.195,00	0,99
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	6.554,00	4.997,00	0,76	7.426.327,00	6.822.113,00	0,92

Relatório Anual de Avaliação

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	2.500,00	1.128,00	0,45	987.285,00	717.836,00	0,73
Censo Agropecuário 2006 - 1779 (CENSO REALIZADO/% de execução física)	29,00	28,00	0,97	1.050.000,00	1.032.211,00	0,98
Censo Demográfico 2010 - 5292 (Censo divulgado/% de execução física)	2,00	1,80	0,90	9.600.000,00	9.156.235,00	0,95
Contagem da População 2006 - 1A91 (PESQUISA REALIZADA/% de execução física)	30,00	30,00	1,00	357.000,00	80.642,00	0,23
Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	0,00	0,00	-	14.306.908,00	14.306.908,00	1,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	111.553.719,00	111.073.003,00	1,00
Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil - 1K32 (sistema desenvolvido/% de execução física)	35,00	35,00	1,00	5.028.778,00	3.642.989,00	0,72
Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas - 2230 (usuário atendido/UNIDADE)	18.150.000,00	21.175.947,00	1,17	2.917.785,00	2.798.675,00	0,96
Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo - 111A (ESTUDO REALIZADO/% de execução física)	10,00	4,50	0,45	569.724,00	83.047,00	0,15
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	622.169.021,00	621.653.351,00	1,00
Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 110G (Pesquisa implantada/% de execução física)	20,00	12,01	0,60	3.384.305,00	1.325.540,00	0,39
Implantação de Sistema de Indicadores de Direitos Humanos - 11GJ (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	30,00	25,50	0,85	195.000,00	167.014,00	0,86
Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP - 1793 (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	30,00	28,92	0,96	830.744,00	799.211,00	0,96

Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios - 11JV (cadastro implantado/% de execução física)	14,00	14,00	1,00	2.173.000,00	1.881.503,00	0,87
Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - 5280 (modelo implantado/% de execução física)	23,00	13,50	0,59	709.643,00	472.433,00	0,67
Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia - 3596 (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	1,00	1,00	1,00	300.000,00	299.558,00	1,00
Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre Condições de Vida - 11GS (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	81,00	81,00	1,00	236.126,00	236.126,00	1,00
Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias - 10RY (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	5,00	3,40	0,68	912.150,00	633.266,00	0,69
Informações sobre Índices da Construção Civil - 9464 (BOLETIM EMITIDO/UNIDADE)	100.000,00	121.000,00	1,21	3.440.000,00	680.392,26	0,20
Mapeamento Terrestre de Referência - 2229 (Base cartográfica publicada/UNIDADE)	864,00	864,00	1,00	1.415.046,00	1.277.897,00	0,90
Mudança do Referencial Geodésico - 11EF (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	8,00	8,00	1,00	385.000,00	346.349,00	0,90
Pesquisa de Orçamentos Familiares - 11GU (PESQUISA REALIZADA/% de execução física)	50,00	44,00	0,88	7.323.640,00	6.468.396,00	0,88
Pesquisas Conjunturais - 4227 (resultado divulgado/UNIDADE)	136,00	137,00	1,01	6.712.808,00	6.543.403,00	0,97
Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais - 2665 (resultado divulgado/UNIDADE)	79,00	79,00	1,00	822.149,00	717.576,00	0,87
Pesquisas Estruturais da Área Econômica - 4228 (resultado divulgado/UNIDADE)	15,00	15,00	1,00	5.247.760,00	5.059.371,00	0,96
Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica - 2228 (resultado divulgado/UNIDADE)	4,00	4,00	1,00	5.737.608,00	5.574.351,00	0,97
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	10.000,00	0,00	0,00

Relatório Anual de Avaliação

Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - 2C51 (Plano geral revisado/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	400.000,00	119.769,00	0,30
Sistema Geodésico Brasileiro - 2231 (informação disponibilizada/UNIDADE)	3.900,00	3.900,00	1,00	784.961,00	695.860,00	0,89
Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos - 2236 (sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	13.684.134,00	13.006.372,00	0,95
Índice médio geral de realização			0,87			0,79

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - 5280 (modelo implantado/% de execução física)	-	-	-	121.500,00	121.500,00	1,00
(RAP 2007) Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil - 1K32 (Sistema de informações geográficas desenvolvido/% de execução física)	-	-	-	5.614.306,00	5.613.240,00	1,00
(RAP 2007) Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas - 2230 (usuário atendido/UNIDADE)	-	-	-	356.139,00	325.246,00	0,91
(RAP 2007) Elaboração de Sistema de Indicadores de Direitos Humanos - 11GJ (Indicadores de direitos humanos elaborados/% de execução física)	-	-	-	2.216,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Implantação do Índice de Preço ao Produtor - 1793 (índice implantado/% de execução física)	-	-	-	359,00	359,00	1,00
(RAP 2007) Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia - 3596 (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	6.292,00	6.292,00	1,00

(RAP 2007) Mapeamento Topográfico de Referência - 2229 (Mapa divulgado/UNIDADE)	-	-	-	369.613,00	269.521,00	0,73
(RAP 2007) Mudança do Referencial Geodésico - 11EF (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	351.947,00	346.830,00	0,99
(RAP 2007) Pesquisas Conjunturais - 4227 (resultado divulgado/UNIDADE)	-	-	-	834.601,00	762.553,00	0,91
(RAP 2007) Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais - 2665 (resultado divulgado/UNIDADE)	-	-	-	233.095,00	30.170,00	0,13
(RAP 2007) Pesquisas Estruturais da Área Econômica - 4228 (resultado divulgado/UNIDADE)	-	-	-	283.175,00	237.472,00	0,84
(RAP 2007) Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica - 2228 (resultado divulgado/UNIDADE)	-	-	-	123.161,00	91.465,00	0,74
(RAP 2007) Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - 2C51 (Plano geral revisado/UNIDADE)	-	-	-	2.227,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Sistema Geodésico Brasileiro - 2231 (Estação geodésica mantida/implantada/UNIDADE)	-	-	-	87.637,00	62.456,00	0,71
(RAP 2007) Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos - 2236 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	4.738.078,00	4.361.349,00	0,92
Índice médio geral de realização			-			0,73

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatística e Geocientíficas - PERCENTAGEM	23,000	03/04/2000	0,000		0,000	Alta
Fonte: ibge						

Medidas corretivas necessárias: Foi solicitada a exclusão deste indicador para 2010

Taxa de Divulgação de Pesquisas - PERCENTAGEM	0,000		0,000		0,000	Muito Baixa
-----------------------------------------------	-------	--	-------	--	-------	-------------

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: Este indicador foi excluído .

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade da sociedade e do governo de conhecer as realidades física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas sócio-demográficas e econômicas

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - O programa atendeu a 21,2 milhões de usuários, quer seja por telefone, pessoalmente, por correspondência, nas livrarias e bibliotecas da Instituição ou no Portal do IBGE de Informações Estatísticas e Geocientíficas produzidos pelo IBGE.

Em relação às Pesquisas Conjunturais e as Estruturais da Área Econômica e Sociodemográfica, Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, Mapeamento Terrestre de Referência e Sistema Geodésico Brasileiro, destacam-se, como principais resultados:

- aprimoramento do Sistema de Contas Nacionais, com a divulgação da Matriz de Insumo-Produto para os anos 2000 e 2005, cujos resultados proporcionam uma visão detalhada da estrutura produtiva brasileira e permitem avaliar o grau de interligação setorial da economia, bem como os impactos de variações na demanda final dos produtos, nos respectivos períodos de referência, mediante a identificação dos diversos fluxos de produção de bens;
- divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2007 com os resultados do corpo básico e informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico nacional. Além dessa informação, também foi disponibilizado o volume com a Síntese de Indicadores;
- divulgação do Mapa de Pobreza e Desigualdade: municípios brasileiros 2003” com base em informações da POF 2002-2003 e do Censo Demográfico 2000, propiciando a estimação de medidas de pobreza e desigualdade. O Mapa da Pobreza foi lançado em DVD, onde foram reunidos três conjuntos básicos de informações: os textos metodológicos que deram suporte teórico para o tratamento das informações; as estimativas municipais apresentadas através dos mapas de pobreza e de desigualdade; e um conjunto de mapas com temas complementares que ajudam a contextualizar os determinantes da pobreza e da desigualdade;
- divulgação das Contas Nacionais Trimestrais e dos resultados mensais para o comércio, para a indústria, para o setor Agropecuário; resultados para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor; resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (estudos “Algumas Características da Inserção de Mulheres no Mercado de Trabalho–2003/2008” e “Trabalhadores por Conta Própria - Perfil e Destaques”); e divulgação do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil-SINAPI;
- resultados da pesquisa e mapa mural do estudo Regiões de Influência das Cidades, com identificação de três metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) e nove metrópoles regionais (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia);
- incorporação e disponibilização à sociedade de 4.614 informações sobre o Sistema Geodésico Brasileiro, no Banco de Dados Geodésicos, sendo 475 referentes a inclusões de novas estações;
- realização de atividades preparatórias para o censo 2010 e atualização do Cadastro de Endereços com o mapeamento de 4.004 municípios com até 20 mil habitantes.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O programa apresentou ao longo de 2008 um desempenho positivo, em que as atividades regulares obtiveram bom atingimento das metas físicas e financeiras. O baixo percentual em alguns projetos está relacionado com a necessidade de redimensionamento de infraestrutura para projetos novos.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade demográfica e social no âmbito nacional, **GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL:** Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O IBGE forneceu a sociedade retratos atualizados da nossa realidade econômica, social e territorial e apresentou, em 2008, mais uma vez, relevante desempenho no que diz respeito ao atendimento ao usuário de informações estatísticas e geocientíficas. Isso é comprovado pelos 21,2 milhões de usuários atendidos contra uma previsão de 18,1 milhões, quer seja por telefone, pessoalmente, por correspondência, nas livrarias e bibliotecas da Instituição ou no Portal do IBGE na Internet.

Desta forma, as atividades desenvolvidas pelo IBGE têm função de fundamental relevância para a consecução do Plano Plurianual do Governo Federal, uma vez que as informações produzidas subsidiam a formulação do planejamento estratégico nacional de médio e longo prazos, a avaliação dos impactos socioeconômicos de programas de governo e os estudos especiais em apoio às definições de políticas públicas, promovendo, assim, uma relação mais democrática entre governantes e governados.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O IBGE tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações. A ampliação da nossa oferta de produtos na Internet e a quantidade de Notas distribuídas à imprensa de todo país revelam a nossa capacidade de atender a crescente demanda dos nossos usuários.

Foram realizados 21.175.947 atendimentos e acessos às informações quando se tinha uma previsão de 18.150.000,00.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Muito Satisfeito

JUSTIFICATIVA: De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação pouco superiores a 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido. A Pesquisa de Satisfação dos Usuários de 2008 apresentou como resultado uma Taxa Geral de Satisfação de 117,63%. Tanto os resultados alcançados nesta pesquisa quanto nas outras seis realizadas anteriormente mostram taxas que confirmam elevado grau de satisfação dos usuários com os serviços oferecidos.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: Esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido .

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: O tema se encontra contemplado na Ação Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, na Ação das Pesquisas Conjunturais, através da Pesquisa Mensal de Emprego – PME, bem como na ação Pesquisa de Orçamentos Familiares, cujas variáveis levantadas nessas pesquisas permitem a desagregação por cor e raça.

Cabe registrar que, em 2008, o IBGE levou a campo a “pesquisa-estudo” denominada Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População – PCERP, considerando-se ser uma proposta de investigação inédita no IBGE quanto ao seu conteúdo, abrangência e metodologia. Foram selecionadas cinco Unidades da Federação para a realização desta pesquisa: Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraíba, São Paulo, Amapá e o Distrito Federal, com vistas a avaliar a adequação do conteúdo aos objetivos da investigação.

O tema se encontra contemplado também na Ação Contagem da População 2006.

Pessoa com Deficiência: Esse tema está contemplado na Ação CENSO DEMOGRÁFICO 2010.

Gênero: O tema encontra-se contemplado na Ação PESQUISAS ESTRUTURAS DA ÁREA SOCIODEMOGRÁFICA. Nas pesquisas domiciliares são investigadas variáveis por gênero, divulgando-se as informações nos respectivos planos tabulares. Ademais, com as variáveis investigadas, é possível produzir outras tabulações, com cruzamentos que possibilitam o desenvolvimento de estudos específicos.

O tema se encontra contemplado também na Ação Contagem da População 2006.

Criança e Juventude: O tema se encontra contemplado na Ação Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que permite a tabulação de variáveis investigadas por grupo de idade. O tema também é contemplado na Síntese de Indicadores Sociais e nas Estimativas do Registro Civil.

O tema se encontra contemplado também na Ação Contagem da População 2006.

COMENTÁRIOS: Em especial, a divulgação da Contagem da População 2006 com informações das estruturas familiares e populacionais (raça, gênero, grupos etários, condições de habitação, etc.). No Planejamento do Censo Demográfico 2010, em conjunto com grupos da sociedade civil e governo, bem como com o balizamento de especialistas, buscar-se-á um “retrato” mais detalhado da população brasileira em seus diferentes aspectos e decorrentes demandas.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Consulta Pública: Realizada por meio do Portal IBGE na Internet

Reunião com grupos de interesse: Consultas realizadas na etapa de planejamento dos projetos censitários, assim como, a participação permanente de membros da sociedade civil (acadêmicos, especialistas, diferentes entidades) tanto no planejamento quanto na divulgação dos dados coletados. A exemplo das Comissões Censitárias Municipais, consultas a grupos de especialistas e, na divulgação de informações aos diferentes órgãos públicos das três esferas (Municipal, Estadual e Federal) e, sociedade em geral.

Discussão em Conselho Setorial: Participação no Conselho do IPCA

Reuniões do Conselho Técnico, o qual se constitui um elo de comunicação e controle da sociedade sobre o Programa, uma vez que é composto por membros de diversos segmentos da sociedade

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A participação social possibilita a instituição ter o “feedback”, por parte de seu público alvo, da satisfação, expectativas e necessidades quanto às informações produzidas